

Revista 
Aeronáutica

ISSN 0486-6274

Número 279
2012



AJUDAMOS A PROTEGER NOSSAS FRONTEIRAS E TUDO QUE HÁ DE MAIS VALIOSO DENTRO DELAS.



SOLUÇÕES INTEGRADAS DE SEGURANÇA



A Embraer oferece soluções C4ISR completas e sob medida, capazes de integrar dados de múltiplos canais em um hub unificado de operações e inteligência para uso em operações militares, de segurança, gestão de crises e operações de socorro em desastres.

Embraer significa mais do que aeronaves. Também significa segurança. Chegou o momento de refletir essa realidade com um novo nome: Embraer Defesa e Segurança. Com mais de 40 anos de desenvolvimento tecnológico e 30 Forças Armadas utilizando nossos produtos, estamos preparados para proteger o Brasil da maneira como apenas os brasileiros podem fazer, envolvendo soluções que integram uma ampla variedade de plataformas, softwares e serviços. O resultado é alta segurança para nossa infraestrutura crítica, recursos naturais e eventos públicos. Isso sem falar da preservação do nosso estilo de vida e da proteção de uma nação que descansa tranquilamente à noite.

 **EMBRAER**
Defesa e Segurança

Presidente

Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista
Assessor especial da Presidência
Cel Av José de Faria Pereira Sobrinho

1º Vice-Presidente

Maj Brig Ar Márcio Callafange

2º Vice-Presidente

Brig Ar Guilherme Sarmento Sperry

3º Vice-Presidente

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira



Expediente

Abr./Mai./Jun.

2012



www.caer.org.br
revista@caer.org.br
ISSN 0486-6274

DEPARTAMENTOS

Cultural

Cel Av Araken Hipólito da Costa

Social

Ten Cel Int José Pinto Cabral

Administrativo

Cel Av Nylson de Queiroz Gardel

Financeiro

Cel Int Júlio Sérgio Kistemarcher do Nascimento

Patrimonial

Cap Adm Ivan Alves Moreira

Aerodesportivo

Cel Av João Fares Netto

Desportivo

Ten Cel Av Antonio Vianna Jordão

Beneficente

Cel Av Nylson de Queiroz Gardel

Jurídico

Dr. Francisco Rodrigues da Fonseca

SUPERINTENDÊNCIAS

Sede Social

Brig Ar Guilherme Sarmento Sperry

Sede da Barra da Tijuca

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira
Adjunto da Administração e Assessor Financeiro
Cel Av Mauro Domeneck Salgado
Assessora Especial da Superintendência
Loreta Helena Valério Alves

Sede Lacustre

Cel Int Antonio Teixeira Lima

Secretaria Geral

Cap Adm Ivan Alves Moreira

CHICAER

Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista

Expediente do CAER (Sede Social)

Dias: 3ª a 6ª feira

Horário: 9h às 12h e 13h às 17h

Sede Social

Praça Marechal Âncora, 15
CEP 20021-200 - Rio de Janeiro - RJ

- Tel.: (21) 2210-3212
- Fax: (21) 2220-8444

Sede da Barra da Tijuca

Rua Raquel de Queiroz, s/nº
CEP 22793-710 - Rio de Janeiro - RJ

- Tel.: (21) 3325-2681

Sede Lacustre

Estrada da Figueira, nº 1
CEP 28930-000 - Arraial do Cabo - RJ

- Tel.: (22) 2662-1510
- Fax: (22) 2662-1049

Presidente do Conselho Deliberativo

Maj Brig Ar Marcus Vinícius Pinto Costa

Presidente do Conselho Fiscal

Brig Int João Carlos Fernandes Cardoso

REVISTA DO CLUBE DE AERONÁUTICA

Tel./Fax: (21) 2220-3691

Diretor e Editor

Cel Av Araken Hipólito da Costa

Jornalista Responsável

J. Marcos Montebello

Produção Editorial e Design Gráfico

Rosana Guter Nogueira

Produção Gráfica

Luiz Ludgerio Pereira da Silva

Revisão

Márcia Helena Mendes dos Santos

Secretária

Flávia Machado

Estagiária

Paula Araújo

As opiniões emitidas em entrevistas e em matérias assinadas estarão sujeitas a cortes, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial. As matérias são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião da revista. As matérias não serão devolvidas, mesmo que não publicadas.



No Clube de Aeronáutica seu evento será inesquecível!

Salões com uma das mais belas vistas do Rio de Janeiro para a realização de festas de aniversário, quinze anos, casamentos, formaturas e eventos corporativos.

O CAER trabalha com equipe especializada em decoração, bufê e estacionamento.

SEDE SOCIAL



Sala de Convenções

Um ótimo espaço para eventos corporativos com capacidade para 60 pessoas munida de equipamentos multimídias.



HOTEL

Com 38 apartamentos e suítes de cortesia para noivos.

Vista do clube e do **Restaurante** panorâmico com 200 lugares.

Agende uma visita no Departamento Social
(21) 2220-8362





Treinamento
de sobrevivência
no mar

Índice

- 6** GRATIDÃO
Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista
Presidente do Clube de Aeronáutica
- 8** AERONOTÍCIAS
Redação
- 14** UMA VISADA SOBRE O
CULTURALISMO BRASILEIRO
Francisco Martins de Souza
Prof. Dr.
- 17** BRASIL E BRASILEIRO:
O PROBLEMA DA ORIGEM
Nelson Mello e Souza
Professor
- 20** A NATUREZA DAS COISAS
Jarbas Passarinho
Ten Cel Art
- 22** A CRISE DO SUPREMO
Carlos Nejar
Escritor
- 24** O ESTADO LAICO E OS
VALORES REPRESENTADOS
PELO CRUCIFIXO
Ives Gandra da Silva Martins
Tributarista
- 26** PODRIDÃO NA
ESTRUTURA ESTATAL
Manuel Cambeses Júnior
Cel Av
- 28** A REPÚBLICA E OS MILITARES
Brig Ar Tarso Magnus da Cunha Frota
- 31** O JULGAMENTO DA
ANENCEFALIA PELO STF
BRASILEIRO
Cristiane de Medeiros Brito Chaves Frota
Advogada
- 32** MEU NOBRE COMANDANTE
Brig Ar Teomar Quírico
- 34** CÓDIGO ADELPHI:
Flávio Catoira Kauffmann
Cel Av
- 39** HISTÓRIA DE FAMÍLIA:
O MUNDO SOB NOVO ENFOQUE
Maj Brig Ar Antonio Luiz Rodrigues Dias
- 42** DE NOSSA SENHORA DO
LORETO A SANTO ELIAS
Ten Brig Ar Mauro José Miranda Gandra
- 44** ESQUADRÃO PHOENIX.
POR QUÊ?
Ten Brig Ar Sergio Pedro Bambini
- 46** AS CONSEQUÊNCIAS
DE UMA PALESTRA
Reinaldo Peixe Lima
Cel Av
- 48** A TROCA: O PODER DE DECISÃO
DE UM CAPITÃO
Raul Galbarro Vianna
Cel Av

GRATIDÃO

Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista
Presidente do Clube de Aeronáutica





É hora da despedida.
Durante quatro anos estive à frente da Diretoria que ora encerra sua gestão. Nos quatro anos anteriores estive presidindo o Conselho Deliberativo, logo após despir a farda, passados 53 anos vestindo-a.

A missão que inferimos foi a de “desenvolver”, sucedendo ao período do meu antecessor, Ten Brig Frota, que foi a de “salvar”.

Minha equipe foi, praticamente, a mesma. Os Conselheiros idem. Aliás, os mesmos que há anos vêm envidando o melhor de seus esforços na tarefa de cumprir os objetivos estipulados pelos nossos fundadores.

Reparto com todos eles os elogios que costumeiramente temos recebido da parte dos associados que frequentam nossas sedes. Muito bom verificar, diariamente, o esforço, bem sucedido, dispendido por eles para não se deixarem dobrar pelo peso da idade. Vergam (empenam), mas não quebram.

Folgo em saber que muitos continuarão ajudando o novo Presidente.

Hora de agradecer. Em primeiro lugar à Força Aérea Brasileira que, em 1949, me concedeu lugar na turma pioneira da EPCAR, colocando-nos um Tenente Sérgio Sobral de Oliveira como preceptor, junto a mais de duas centenas de jovens que a ela pertenceram. À Força Aérea que me deu condições militares e profissionais para ir ascendendo na carreira, premiado seguidamente com cargos e comissões que procurei desempenhar orientado sempre pelos princípios éticos e morais ditados pelo Código de Honra implantado na nascente do Poder Aéreo. Força Aérea que me deu condições de bem criar numerosa família; que me fez conhecer os rincões mais distantes deste País — Continente nas asas do Correio Aéreo Nacional; Força Aérea que me fez conhecer grande parte do planeta que habito; que me transformou num agente sempre pronto para sacrificar a própria vida em defesa da Pátria e da sua gente.

Hora de agradecer aos que me comandaram e aos que comandeí, pelo tratamento sempre respeitoso com que cercamos nossos relacionamentos.

Na Presidência do Clube de Aeronáutica fizemos, sem falsa modéstia, mais do

que o normal, graças ao apoio de formidáveis amigos e da minha gente da estrutura administrativa da Força Aérea Brasileira. Permitam-me destacar o Comandante do COMAR III, nosso vizinho, que tornou muito harmonioso nosso convívio, sempre pronto a nos auxiliar na difícil tarefa de administrar um Clube como este, culminando com a cessão de uma área sua, interna, para o estacionamento das viaturas particulares de associados e convidados. Obrigado, Terciotti.

Destaque emocionado faço para o nosso Comandante Ten Brig Juniti Saito. Sem o seu apoio não estaríamos recebendo os aplausos que recebemos, ao se cerrarem as cortinas deste ato do qual participamos. O prestígio que nos conferiu pela presença constante em nossas instalações, a orientação sobre a maneira de eliminar dificuldades e a forma como atua para sensibilizar a oficialidade da ativa a aderir ao quadro social fazem a justificativa para lhe terem concedido o restrito título de Sócio Benemérito.

Destá vez estou encerrando, de fato, minhas atividades comunitárias iniciadas há muito tempo passado. Faço votos de que o meu admirável sucessor, a quem tantas vezes sucedi, seja muito feliz em sua nova administração. Palavras proferidas por ele em recente encontro com o Conselho Deliberativo identificam o Clube de Aeronáutica como um filho que ele salvou há oito anos (e eu sou testemunha privilegiada disso) justificando o zelo e o carinho que lhe devota, fazendo-o retornar à sua Direção. Nestes quatro anos procurei desenvolvê-lo, cuidando das fraturas a que foi submetido. Diria que consegui prepará-lo para a Universidade, saudável e bem instruído. Devolvo-lhe o filho com alegria e com a certeza de que conseguirá superar todos os problemas que não consegui superar.

Agradeço o apoio da minha família. Constante, irrestrito, mesmo estranhando o tipo de atividade tão diferente daquelas com que se habituaram a conviver, desta vez provocando uma crônica insônia não observada quando atravessamos a fase de complexos problemas administrativos e operacionais da Aeronáutica. Estou pronto para repartir os trabalhos do lar! ■

AERONOTÍCIAS

60 ANOS DA FUMAÇA

A Academia da Força Aérea – AFA, em Pirassununga – SP, esteve com as portas abertas nos dias 12 e 13 de maio de 2012 para a maior festa aeronáutica já vista no Brasil, preparada pelo Esquadrão de Demonstração Aérea – EDA, em comemoração aos seus 60 anos.

As demonstrações, desde as da antiga Esquadrilha da Fumaça, na Escola de Aeronáutica do Campo dos Afonsos, sempre foram famosas.

Era a romântica alegria da época da aeronave T-6, com seu ensurdecedor barulho e os seus admiráveis pilotos acrobatas, escrevendo mensagens no céu.

Agora, com os Tucanos da Embraer, foi preciso coração forte! Como o dos nossos pilotos!



SENTA A PUA

UM DOS LIVROS DE MAIOR SUCESSO

No dia 17 de abril de 2012, às 19h, na Livraria Cultura do Fashion Mall, em São Conrado, houve o lançamento da 4ª edição do Livro *Senta a Pua*, bastante conhecido e solicitado pelos leitores de obras literárias reais e históricas, cujo autor, o Maj Brig Rui Moreira Lima, promoveu uma noite de autógrafos, abrilhantando o lançamento do *best-seller*.

Os leitores notarão as melhorias que a Action Editora introduziu na nova edição, incluindo a versão em inglês.

O autor participou de 94 missões de combate na Itália, durante a 2ª Guerra Mundial, a bordo dos lendários aviões P-47 Thunderbolt e a obra está repleta de histórias reais de heroísmo do 1º Grupo de Aviação de Caça (1ºGAVCA), criado em 1943 e, após treinamento no exterior, entrou em ação nos anos 1944 e 1945.

Segundo as palavras do Maj Brig Rui Moreira Lima: “*Só quem esteve em combate sabe o que é voar mais de uma missão no mesmo dia*”.

O Comandante do Grupo e Patrono da Aviação de Caça no Brasil, Nero Moura, faleceu aos 84 anos de idade em 1994.

do CAER

ANIVERSÁRIO DA CAÇA

No dia 22 de abril de 2012, na Base Aérea de Santa Cruz – BASC, transcorreu o evento da Solenidade do Dia da Aviação de Caça com imposição da Medalha Mérito Operacional Nero Moura.

O Diretor Cultural do CAer, Cel Araken, caçador também, teve a honra de encontrar-se com o Ten Brig Ar Mendes, atualmente Diretor do DECEA e ex-

Comandante da Academia da Força Aérea – AFA e foi apresentado a três cadetes da AFA, atuais tenentes da Caça, voando em sofisticadas aeronaves modernas para regozijo do Brigadeiro Mendes, seu chefe na época, que houvera apostado nesse novo vetor feminino da Força Aérea Brasileira.

O foto é o espelho dessa alegria.



SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO HOMENAGEADA

Em evento promovido pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – ADESG, no dia 29 de março de 2012, foi realizado um encontro em homenagem à cúpula da Segurança Pública do Rio de Janeiro, no Clube de Aeronáutica do Rio de Janeiro, Sede Social.

Estavam presentes: os ex-presidentes da ADESG, General do Exército Licínio Nunes de Miranda Filho e Brig Int Hélio Gonçalves; o atual Presidente da ADESG - Dr. Pedro Luiz Berwanger; Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista - Presidente do CAer; Alte Wilson Montalvão - primeiro vice-presidente da ADESG; Dra

Marta Rocha - Delegada da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro; Dr. Valmir Lemos de Oliveira - Superintendente Regional do DPF; Alexandre Silva Bueno; Cel Robson Rodrigues da Silva - Chefe do Estado Maior da PM do Rio de Janeiro;

Cel Int da Aeronáutica - Antônio Celente Videira - membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra - ESG e a professora Lícia Mendes Nunes - Diretora de Comunicação Social da ADESG Nacional.



AERONOTÍCIAS

ORQUESTRA SINFÔNICA BRASILEIRA JOVEM



No dia 5 de junho, sob a regência de Mateus Araújo e idealização do Diretor Artístico da OSB, Fernando Bicudo, a OSB Jovem fez uma apresentação para mais de cem pessoas no Salão Nobre do Clube de Aeronáutica, entre elas, membros do Grupo de Estudos e participantes do Curso do Pensamento Brasileiro III, com o seguinte programa:

Enescu – Prelúdio em Uníssono, da Suíte Orquestral nº1 Opus 9.

Rossini – Sonata para Cordas nº3, Allegro / Andante / Moderato.

Jean Françaix – Quartuor para quarteto de madeiras Allegro / Andante / Allegro molto / Allegro vivo.

Bach (arranjo Arthur Franckenpohl) – A Arte da Fuga: Contraponto 1 para Quinteto de Metais.

Debussy (arranjo Mateus Araújo) – Três peças Clair de Lune / La plus que lente / Golliwog's Cakewalk.

Após a apresentação, o Presidente do Clube, Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista, fez um discurso enaltecendo a apresentação e agradecendo a presença de todos. Em seguida, houve um coquetel de confraternização e o lançamento dos **Ensaio 4 – Viagem à Amazônia** e **5 – Pensamento Político Contemporâneo**, com a presença do autor Ricardo Vélez Rodríguez.



Da esq. para a dir., Cel Av Araken Hipolito da Costa, Fernando Bicudo, Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista, Maestro Mateus Araújo e Cmt Paulo Cavalcante



Da esq. para a dir., Ricardo Vélez Rodríguez, autor do Ensaio 5, nas mãos do Presidente do CAER, Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista, Ten Cel CD Jesse Ribeiro e Prof Francisco Martins

do CAER

Apresentação da OSB Jovem



Coquetel de lançamento dos Ensaios



Mateus Araújo e a participante do curso Lenôr Bello



O PENSAMENTO BRASILEIRO ENSAIOS

Estão à disposição no Departamento Cultural do Clube de Aeronáutica os **Ensaio 3, 4 e 5**, com excelentes matérias, da lavra de diversos autores, dentre eles, membros do Grupo de Estudos do CAer, mestres e palestrantes que fazem parte do Curso do Pensamento Brasileiro.

Ensaio 3 – Pensamento Brasileiro: Uma revoada de ideias é a reunião de artigos de membros do Grupo de Estudos.

Ensaio 4 – Pensamento Brasileiro: Viagem de Estudos à Amazônia é a reunião de artigos elaborados pelos participantes do Curso do Pensamento Brasileiro III.

Ensaio 5 – Pensamento Político Brasileiro Contemporâneo foi elaborado pelo Doutor em Filosofia e atual coordenador do Centro de Pesquisas estratégicas da Universidade Federal de Juiz de Fora, Ricardo Vélez Rodríguez. Aborda o pensamento político brasileiro desde 1970 até o ano passado.

Os Ensaio foram elaborados pela Editora Revista Aeronáutica.

Endereço: Praça Marechal Âncora, 15
Tel.: 2220-3691 – www.caer.org.br e revista@caer.org.br

MENSAGEM DOS LEITORES

Comandante do VII COMAR, Manaus AM – Maj Brig Ar Nilson Soilet Carminati – Acusa o recebimento e agradece o envio do exemplar da Revista Aeronáutica, deseja votos de sucesso e felicidades ao Diretor Cultural do CAer e, ainda, coloca-se sempre ao dispor com um “Boa Sorte”!

Senador Aécio Neves – Comunica o recebimento e agradece o exemplar da Revista Aeronáutica de nº 278 com um abraço para a diretoria.

Senador Álvaro Dias – Registra o recebimento da Revista Aeronáutica nº 278 e agradece a gentileza apresentando seus cumprimentos.

Senador Cristovão Buarque – Acusa o recebimento do gentil envio da Revista Aeronáutica nº 278 e parabeniza o CAER. Reitera, também, seu respeito e elevada consideração.

Senador Pedro Simon – Acusa o recebimento do exemplar nº 278 da Revista Aeronáutica. “Agradeço ao Prezado Diretor Araken Hipólito da Costa a gentileza do envio do material”.

NOTA DO EDITOR

Agradecemos as manifestações dos leitores, acrescentando nossa gratidão aos colaboradores, que valorizam as nossas edições, e deixando-lhes espaço aberto para o envio de textos.

AERONOTÍCIAS

PASSEIO GASTRONÔMICO PELO RIO DE JANEIRO

No dia 18 de maio, os participantes do Curso do Pensamento Brasileiro III, coordenados pela Dra Diolásia de Lima Cheriegate e guiados pelo Professor Antônio Edmilson, fizeram um passeio gastronômico pelo Centro do Rio de Janeiro.

O passeio começou na Fortaleza Nossa Senhora da Conceição, no Largo da Santinha, e dentre os lugares visitados passaram pelo Largo de São Francisco da Prainha, Pedra do Sal, pelos restaurantes 28 e Angu do Gomes.



SOPRANO RUSSA NO CURSO DO PENSAMENTO BRASILEIRO

No dia 19 de junho, o **Curso do Pensamento Brasileiro** recebeu a apresentação da Soprano Nádía Kalápova, com o tema Villa Lobos.

Na primeira parte da apresentação, a soprano foi acompanhada pela Sra. Jurema Fontoura, ao piano, onde apresentaram clássicos como *Ave Maria*, de Gounod, *Evocação*, Samba Clássico e *Ária das Bachianas nº 5*, de Villa Lobos, *Vissi D'Arte*, da Ópera *Tosca* e autor Giacomo Puccini.

Na segunda parte, o Sr. Alex, marido da Soprano, a acompanhou ao violão, com canções do folclore russo, grandes clássicos, como *Summertime*, da ópera *Porgy and Bess* e *My favorite things*, do musical *A Noviça Rebelde*. Além de apresentar, também, músicas como *Garota de Ipanema*, de Tom Jobim e Vinícius de Moraes e *Mas que Nada*, de Jorge Ben Jor.

Os participantes do Curso ficaram maravilhados com a brilhante apresentação.



Da esq. para a dir., Sra. Jurema Fontoura, Alexei Beliutin e Nádía Kalápova



Apresentação sobre Villa Lobos



O casal Nádía e Alex



Soprano Nádía e Fernando Bícudo

do CAER

PALESTRAS ONLINE

As palestras do Curso do Pensamento Brasileiro III agora estão disponíveis na internet. Com transmissões ao vivo, todas as terças-feiras, das 10h às 12h, ou em qualquer horário, basta acessar www.livestream.com/tvdemopart.

Programação de julho a outubro:

3/07 – *Metafísica* – Carlos Frederico

10/07 – *Metafísica* – Carlos Frederico

4/09 – *Antropologia Teológica* – Geraldo Bellocchio

11/09 – *Filosofia dos Valores* – Ives Gandra

18/09 – *Formação do Brasileiro* – Nelson Mello e Souza

25/09 – *Poetas Luso-Brasileiros* – Victorino/Jurema

2/10 – *Economia Brasileira após a 2ª Guerra Mundial* –
Ralph Zerkowisk

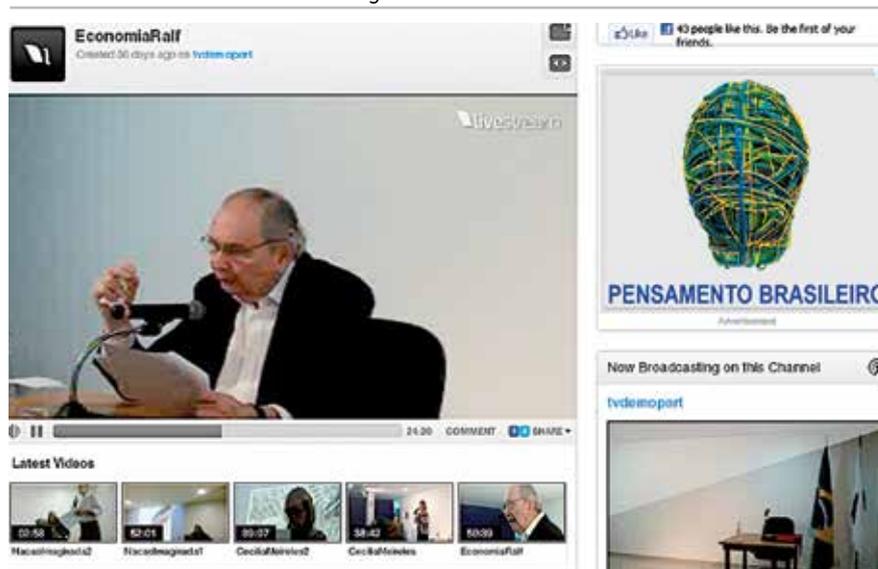
9/10 – *Bossa Nova* – Carlos Alberto

16/10 – *Culturalismo* – Francisco Martins

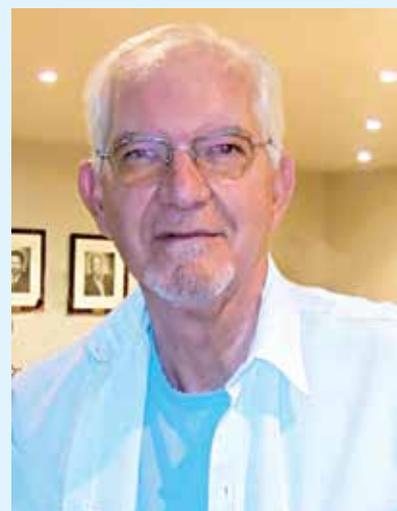
23/10 – *História do Rio de Janeiro* – Antônio Edmilson

30/10 – *Relações Internacionais* – Escola Naval

Página inicial do site



HOMENAGEM



CEL MÁRIO
PONTES FILHO

Ex-Diretor Cultural
do CAER

Despediu-se de nós, no dia 30 de abril, às 14 horas no HFAG, o Cel Av Mário Pontes Filho, que esteve à frente do Departamento Cultural do CAER de março de 2000 a Junho de 2004 – um período de 4 anos e 5 meses – e foi responsável pela publicação de 21 edições da Revista Aeronáutica - nº 225 a nº 245.

Iniciou sua atuação no Departamento à época da gestão presidencial do Brig Ar Ercio Braga, manteve-se no cargo durante a gestão do Brig Ar Danilo Paiva Álvares e entregou o cargo quando assumiu a presidência o Ten Brig Ar Ivan Moacyr da Frota.

Durante a sua atuação no Departamento Cultural, incentivou a arte por intermédio de exposições de pintura e sobre a Aeronáutica através de artigos para a revista.

Com dedicação e esmero, selecionou as matérias que espelhavam os sentimentos, a história e os pensamentos, além da atividade operacional da Força Aérea.

Prof. Dr. Francisco Martins
de Souza
Vice-Presidente da Academia
Brasileira de Filosofia

Uma visada sobre o

As proposições aqui desenvolvidas têm por objeto apresentar algumas ideias a serem estudadas na reflexão que ora se desenvolve sobre o Conceito de Cultura pela Professora Doutora Irina Malkovskaya do Ensino Universitário em Moscou-Rússia.

O Culturalismo na atualidade brasileira segue as diretrizes históricas traçadas como propedêutica fundante para um desenvolvimento bem ordenado.

Para tal propósito segue, nessa visada filosófica, um roteiro que apresento, sob a ótica histórica para as futuras pesquisas.

Roteiro Histórico

Este trabalho de pesquisa sobre o Culturalismo visa esclarecer a necessidade de maior aprofundamento no sentido do Conceito de Cultura no Pensamento Brasileiro.

A Filosofia Brasileira como parte integrante da Filosofia Ocidental, destacou-se desta na busca de uma organização do pensamento para estudar e entender melhor o Ser nacional em circunstância própria na passagem da Monarquia ao Regime Republicano.

O Culturalismo inicia-se, então, com um grupo de pensadores da Faculdade de Ciências Jurídicas na cidade do Recife que congrega Tobias Barreto (1839-1889); Silvio Romero (1851-1914), ambos sergipanos; Clovis Beviláqua (1859-1955), cearense; Artur Orlando (1858-1916), pernambucano.

Tobias Barreto desenvolve o Cultura-

lismo Filosófico, Silvio Romero o Culturalismo Sociológico e Clovis Beviláqua tanto o Sociológico quanto o Jurídico.

Artur Orlando segue o Culturalismo como sendo uma Teoria do Conhecimento.

Este é o núcleo formador da denominada Escola do Recife, nova vertente de investigação na Filosofia.

Seguindo os passos dos antecessores aparecem Alcides Bezerra (1891-1938) e Câmara Cascudo (1898-1986), ambos voltados na tentativa de esgotar o sentido profundo da Cultura como sendo o poder criativo do ser humano.

Alcides Bezerra, pensador paraibano, segue o Grupo da Escola do Recife e procura aprofundar também a pesquisa pelo lado sociológico para chegar à Moral, ao Direito e à Política.

Já Dom Luis da Câmara Cascudo, pensador potiguar, vai procurar o sentido da Cultura na Etnografia, na Antropologia e



CULTURALISMO BRASILEIRO

no Folclore, mas todos eles não se desviam do foco central que é a tentativa de esgotar o Conceito de Cultura.

A Visada aqui apresentada é parte de um trabalho publicado, de minha autoria, pela Editora Convívio de São Paulo, em 1981.

O Culturalismo que se desenvolve na atualidade brasileira segue as diretrizes traçadas por Miguel Reale (1910-2006) e Antonio Ferreira Paim (1927).

O Culturalismo desenvolvido no Nordeste brasileiro torna-se a base fundamental de nossa Filosofia.

Esta Visada tem o propósito de encaminhar a pesquisa para um maior entendimento de que mesmo sendo o Racionalismo, o Empirismo e o Idealismo os Grandes Sistemas que desenvolveram a Civilização Ocidental, o Culturalismo Brasileiro também pode contribuir nesta evolução.

FILOSOFIA BRASILEIRA E AS CONDIÇÕES DE SUA REPERCUÇÃO NA ANÁLISE DO CONCEITO DE CULTURA

Proposições

O Pensamento Brasileiro forma-se nos primórdios no berço da pátria mãe, Portugal.

É na superação da 2ª Escolástica que se esgota com a Reforma do Ensino promovida pelo Marquês de Pombal em 1772.

Ali vão estudar os brasileiros que, de certa forma, vão influir na condução do Pensamento Filosófico e Científico Brasileiro (Universidade de Coimbra).

Os reformados de maior relevância são: José Bonifácio, Antonio Carlos Ribeiro e Martin Francisco. Estes reformados terão influência quando voltam ao Brasil, na Ciência, na Política e na Filosofia.

Outro reformado de Pombal, Joseph Hippolyto da Costa fica na Inglaterra e funda o “Correio Braziliense” dando o primeiro passo para influir politicamente e transformar a Monarquia absoluta em Monarquia Constitucional.

Escreve e envia o primeiro projeto de Constituição para um governo limitado, ou seja, não absoluto.

Estes primeiros representantes do Pensamento Brasileiro terão influência decisiva na formação para separar a parte portuguesa da América, da parte europeia.

Martin Francisco Ribeiro de Andrada foi o primeiro a ensinar Filosofia de Immanuel Kant no Brasil.

Outro pensador que se aplicou na reforma do pensamento foi Silvestre Pinheiro Ferreira.

Silvestre Pinheiro Ferreira instala o primeiro curso regular de Filosofia no Rio de



RAIMUNDO CELA
Detalhes de sua obra
1890-1954

Janeiro, em 1810, na forma de preleções; a última preleção trata do sistema econômico que tem como inspiração o Liberalismo de John Locke.

Silvestre constrói um sistema filosófico que tem como meta o desenvolvimento das ciências, da linguagem e da política.

No Manual do Cidadão de um Governo Representativo, já aconselha o monarca Dom João VI a separar a parte americana, o Brasil, da parte europeia, Portugal e formar um Império.

Com a organização desde os fundamentos da nacionalidade, o Brasil formou-se de acordo com a vontade lusitana, primeiro em Capitânicas Hereditárias, Governadoria Geral e depois Vice-Reino.

Com transposição de sede da Corte para o Brasil em 1808, o sistema político muda-se de Vice-Reino para Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves.

Diante desta organização política, conclui-se que o Brasil nunca esteve sob denominação de colônia.

Colônias foram as partes da África, Índia (Costa do Malabar) e na Oceania, o Timor, que foram governados a partir do Brasil.

Estes pensadores anteriormente referidos nunca citaram o Brasil como Colônia, e sim como uma nação de língua portuguesa e território integrado em uma unidade política e indivisível.

O Pensamento Brasileiro segue o curso histórico desde o Reinado, passando pelos 1º e 2º Impérios até a instalação da República, sempre procurando a afirmação, identidade da língua e unidade da federação.

A Filosofia Brasileira toma consciência de si, a partir do final do 2º Império e inícios da República.

O movimento filosófico da Escola do Recife liderado pelos pensadores, Tobias Barreto, Silvio Romero, Clovis Bevilacqua e Artur Orlando, irá, de fato, formar a Filosofia Brasileira com a denominação de Culturalismo.

A corrente filosófica fundada através

do conceito de Cultura, para entender o ser do homem pela Escola do Recife, irá das especulações sobre tal corrente, por Miguel Reale na década de 1950 e seguintes do século XX.

Na sequência do Culturalismo Filosófico surge o Culturalismo Sociológico para observar os fenômenos sociais e dirigir a compreensão de tais fenômenos para entender o principal deles, o fenômeno Político.

Inicia-se essa corrente com Silvio Romero, Alcides Bezerra, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna e, atualmente, tentamos dar um sentido ordenado as ideias contidas na lavra destes pensadores.

O Culturalismo desenvolve-se com as pesquisas a nível universitário na pós-graduação e ensino em vários campos do saber para formar uma consciência de si, do ser nacional.

Cursos para classe militar, indústrias, políticos, visando uma nova mentalidade a partir do problema central do conhecimento: o conceito de Cultura.

Com o desdobrar das pesquisas e ensino da Filosofia Brasileira, instalam-se Cursos de Humanidade para integrar os conhecimentos já produzidos e ampliar o campo do saber em setores da sociedade de maior influência.

Entender o ser humano pela via da criatividade é a tarefa do Culturalismo como corrente filosófica, ampliar os horizontes das ciências, das artes, da política e dos métodos para alcançar o conhecimento e estabelecer as verdades em cada setor.

Natureza e Cultura se complementam a princípio na Escola do Recife. Tobias encontrava uma antítese, só depois com o caminhar do pensamento, encontra-se uma complementaridade, conforme Miguel Reale, Antônio Paim e seguidores.

A pesquisa e a produção filosófica têm formado ao longo do tempo no Brasil, grupos ou comunidades com interesses afins, seja nas ciências, nas artes e na política.

Levar adiante tal empreendimento en-

riquece o cabedal de bens objetivados pelo espírito que é apanágio da cultura.

Conclusão

Na esfera do Culturalismo apresentaram-se as seguintes realizações: Mestrado e Doutorado em Filosofia nas áreas do Pensamento Brasileiro e Pensamento Luso-brasileiro; Cursos de Humanidades; Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro com biblioteca central em Salvador-Bahia, com acervo de mais de quinze mil volumes especializados em Antropologia, Sociologia, Política e Filosofia no Brasil.

Participação efetiva na fundação da Academia Brasileira de Filosofia.

Desenvolvimento de Cursos de Humanidades tanto na esfera civil quanto militar.

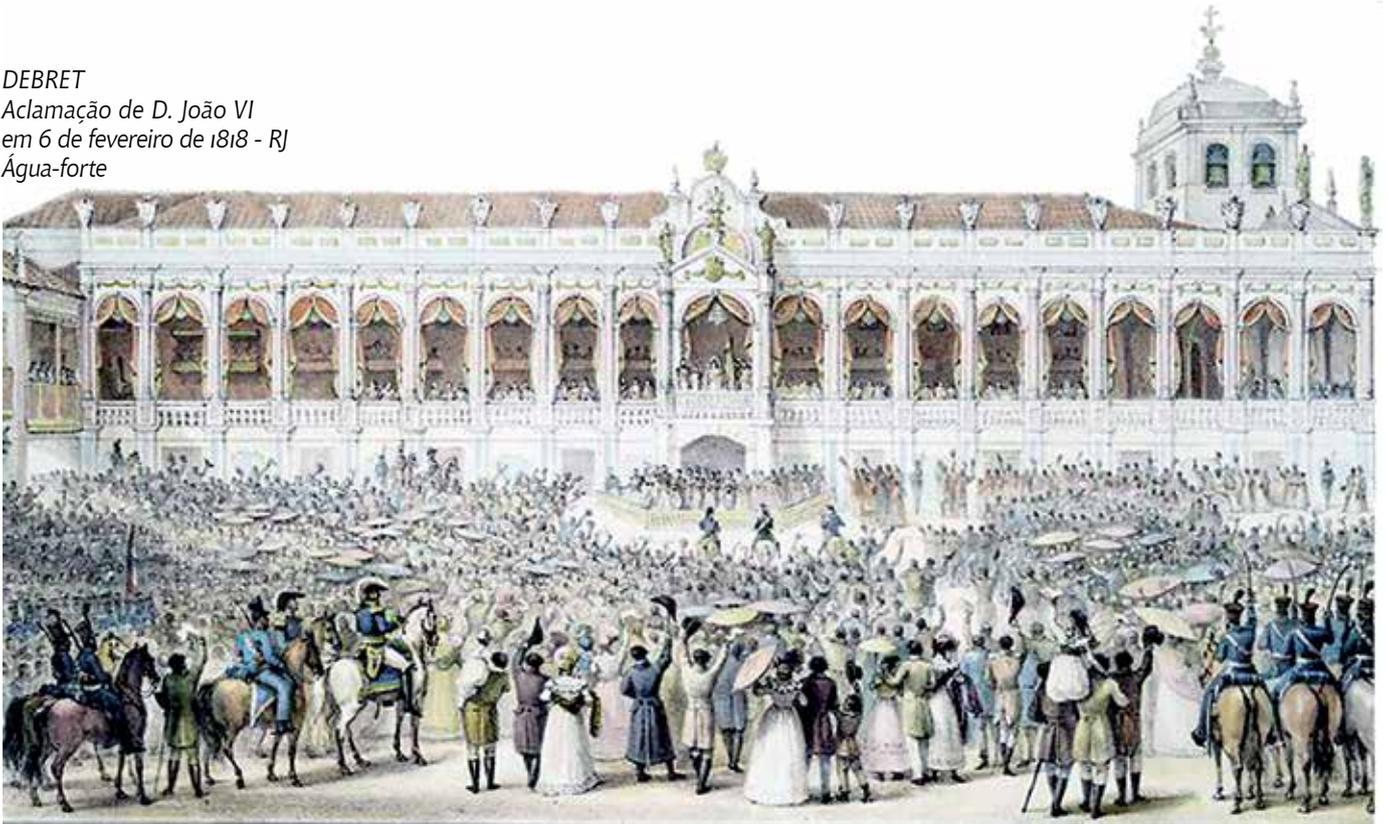
Os Mestres e Doutores nesta finalidade espalham-se pelas Universidades em todo território nacional para, junto aos cursos de Filosofia, ensinar o pensamento desenvolvido no Brasil, sem esquecer o grande pensamento que brotou da Grécia antiga.

Esta apresentação esquemática de uma visada filosófica sobre o Culturalismo Brasileiro destina-se a tentar preencher o interesse despertado na pesquisadora Doutora Irina Malkovskaya pela Filosofia Brasileira.

Investigar sobre o Multiculturalismo Americano ainda não foi possível no momento atual, apenas o que tem sido posto para análise. É a formação da Corrente de pensamento denominada Culturalismo Brasileiro e que agora com as informações que nos chegam através da Prof^a Irina e da receptividade de suas ideias pela Academia Brasileira de Filosofia, podemos ordenar em conjunto, o que é posto pelo pensamento cultural Brasil-Rússia no interesse de desenvolvimento da Filosofia nos dois países.

É um projeto ambicioso, mas, prosseguindo com boa vontade, talvez tenhamos um bom resultado favorável para a Educação e Ciências e para a condição do processo Político em benefício de todos ■

DEBRET
Aclamação de D. João VI
em 6 de fevereiro de 1818 - RJ
Água-forte



Nelson Mello e Souza
Professor de Cultura Brasileira

BRASIL E BRASILEIRO: o problema da origem

Uma das dificuldades que pode ser percebida na historiografia brasileira, desde os primeiros grandes trabalhos, como os de Sauthey, passando por Varnhagen e Capistrano no século XIX, para chegar ao moderno século XX e mesmo aos dias atuais, é a de não se considerar a questão de “quando”, sob o ponto de vista de nosso imaginário e de nossa psicologia coletiva, já se pode falar de “Brasil” e de “brasileiro”.

A questão parece não interessar a ninguém. Aceita-se passivamente que o Brasil nasce em 1500 e o brasileiro é o derivado natural desta nova nação que aparecia com as descobertas portuguesas.

Lamento não concordar com os grandes mestres, mas não me parece que seja

assim. A nosso ver o “Brasil” entendido como “nação”, demorou a surgir e o “brasileiro” entendido como “povo” específico, em sentido antropológico, mais ainda. Vejamos por que julgo a questão fundamental.

Analisando o processo de ocupação e ulterior colonização da nova terra, podemos, e até devemos, dividi-lo em três momentos historicamente diferenciados:

a) O primeiro caracteriza o século inicial e parte do segundo, quando, claramente, não havia nem Brasil nem brasileiro, e sim uma região selvagem a ser colonizada. Os primeiros portugueses foram naufragos, degredados ou fugitivos. Uns poucos aventureiros fizeram parte destas levas modestas de gente desclassificada, com alguns poucos aventureiros em busca de fortuna e

sexo fácil com as índias. O nome “Brasil”, usado para a região, não foi privilégio português. Também espanhóis, franceses e holandeses assim a designavam, nela não vendo nenhum indício de vida civilizada e sim povos estranhos, os “brasis”, como seus habitantes naturais. Dela se iniciou um sistema elementar de abate e transporte da valiosa madeira de pau de tinta, excelente para dar cor aos produtos da indústria têxtil que ganhava corpo na Europa. Tampouco foi aceita como portuguesa, por mais que D. Manoel tentasse arrendá-la, com exclusividade, a alguns cristãos novos, donos dos capitais necessários, com a visível intenção de dar a Portugal a posse da terra como fato consumado. O território estava em aberto, era entendido como terra mais

ou menos disponível, provocando incursões de piratas ingleses, navegantes espanhóis e, principalmente, grupos de franceses, na exploração, corte e transporte da madeira. Durante cerca de um século, a contar das primeiras navegações portuguesas, foi objeto de disputas entre os poderes europeus. O fenômeno não cessou, ao contrário, aumentou, depois que a Corte enviou uma forte e bem equipada armada, com objetivos ostensivos de iniciar o processo colonizador, sob o comando de um conceituado navegador português, ligado à Corte até por laços familiares, Martim Afonso de Souza. Portugal tentava dar mostras evidentes de ser o dono da região. As coisas não pareciam tão simples. Francisco I, rei de França, jamais reconheceu o Tratado de Tordesilhas, que concedia a terra imensa, descoberta ao oeste do Atlântico a Portugal. Ironicamente, este poderoso rei francês, pedia que lhe mostrassem o testamento de Adão, em que



tal cláusula deveria estar escrita. Por isto, os franceses tentaram instalar por aqui a França Antártica, e mais ao norte, a França Equinocial. O projeto só não foi adiante devido às dificuldades internas da política francesa, envolvida numa complicada luta religiosa. Por isto, a resposta militar portuguesa teve êxito nos dois casos, pois não seria possível a Portugal enfrentar o poderio militar e naval francês se por lá houvesse coesão, paz interna e firmeza de objetivos orientados para a criação de uma colônia nos trópicos.

Mais adiante, os holandeses, chegados um século depois dos franceses, tampouco reconheciam o Tratado. O historiador Barléus, no início de sua obra sobre a ocupação holandesa do Nordeste, é bem claro em dizer que o Papa não podia conceder a ninguém a posse de algo que não lhe pertencia. O papado não era dono do mundo e dele não podia dispor. Desta forma se legitimava a expansão da guerra dos holandeses contra os espanhóis nas chamadas “Índias Ocidentais”, incluindo as ilhas do Caribe e a Costa do Brasil, ambas atacadas no mesmo período histórico pelas forças das “Repúblicas Unidas”.

O nome “Brasil” surgia, sem dúvida, e o próprio Barléus o usa, mas servia apenas para indicar a nova região por um lado e, entre os portugueses, para com ele batizar “sua” nova província. Ou talvez, como insinua Varnhagen, em função da predominância econômica do “pau Brasil” o nome de “brasileiro” se aplicava para designar quem se dedicava a esta profissão. Como canoeiro, carpinteiro ou tanoeiro. Ninguém concebia o “brasileiro” como produto cultural e nacional típico de uma região dotada de certa autonomia.

b) O segundo momento surge, especialmente, a partir de fins do segundo século, penetrando pelo terceiro, o século XVIII de nossa Era. Tomou corpo na região que se transformara em Colônia, submetida a um Governo Geral, adaptada a instituições jurídicas portuguesas, com povoados estáveis, consolidando um processo já em pleno curso formativo.

A diferença entre “província” e “colônia”! Pode ser sutil, mas é importante porque, neste caso, “Brasil” já não era mais considerado parte de “Portugal”. A província integra o Reino, a colônia não. Podemos ver a diferença ao meditarmos sobre as diversas “províncias” brasileiras que constituíram o Império nos anos 1920 do século XIX. Eram parte de um Todo. “Província” não é objeto de exploração de fora para dentro. “Colônia” por outro lado, é entendida como algo à parte do Reino. Não o integra. Como tal tem tratamento específico, seu valor reduzindo-se ao fato de ser o alvo econômico de um processo de exploração;

c) Nosso terceiro momento é quando, finalmente, este sentimento da diferença se firma, sedimenta a personalidade coletiva do português aqui nascido, filho de muitas gerações firmadas na colônia, dando a este “português” meio complexado por sua origem “brasileira” a consciência plena da



diferença. Já possuía interesses específicos, o que veio a provocar o antagonismo com as autoridades do Reino, geradoras do movimento da Independência.

Sintetizemos então. No primeiro caso, “Brasil” não significava coisa alguma além de uma região “vazia”. Seus primeiros colonizadores e suas famílias consideravam-se “portugueses” emigrados. Não tinham como considerar-se de outra forma. Não era pelo fato de atravessar o Atlântico que João Ramalho, Caramuru, Braz Cubas, Duarte Coelho, mais adiante Tomé de Souza e Garcia D’ Ávila iriam perder sua nacionalidade.

O mínimo que se pode dizer é que, em todo este período, de pelo menos um século e meio, não se cogitava de “brasileiro”. O nome “brasileiro” começa a ganhar circulação para designar o português que aqui chegava para fazer fortuna e regressar anos depois ou o português que por aqui ia ficando por haver nascido na terra. “Brasileiro”,

portanto, surgia para designar um tipo de português de segunda classe. Os privilégios eram concedidos aos reinóis. No segundo momento, este português aqui nascido já se torna consciente da diferença. Percebe-se como “brasileiro”, não mais português, objeto de um processo de exploração e discriminação administrativa. Toma consciência de sua condição. Consciência que vai ganhando corpo com o tempo. Afinal eram nativos, filhos de gerações sucessivas de um tipo humano com valores e gostos próprios, fala, hábitos e alimentação diferentes. É perceptível, nesta fase, a lenta geração de um sentimento de unidade colonial, diferente do que caracteriza uma província do Reino. Sendo colônia era submetida a restrições. Integrava-se à economia da Metrópole em regime de monopólio comercial por laços econômicos sedimentados pelo regime de monocultura de exportação com base no trabalho escravo.

No terceiro momento, amadurece definitivamente este sentimento. Sedições surgem em Minas, na Bahia, no Rio, em fins do século XVIII, e em Pernambuco logo na virada do novo século, ainda com a Corte portuguesa instalada no Brasil, num desafio claro pela independência, isto em 1817. Desestrutura-se o relacionamento e seu grau de compactação começa velozmente a diluir-se para ruir totalmente no início dos anos 1920.

Creio possível falar de Brasil e de brasileiro a partir do segundo momento de nossa história, não antes. Assim mesmo com sérias restrições. Haja vista que a grande História do Brasil escrita por Rocha Pita no século XVIII não tem o nome de história do Brasil e sim de “História da América Portuguesa”.

Por outro lado, na virada do século, a apoteótica recepção à corte de D. João VI quando de sua chegada ao Brasil, tanto em Salvador quanto especialmente no Rio, ainda demonstra o orgulho humilde deste povo reconhecendo num rei português, o “seu” soberano. O fato encheu os “brasileiros” de orgulho. Evidentemente este povo ainda nutria linha divisória meio opa-

ca entre ser “brasileiro” e ser “português vivendo em colônia”.

Por tudo isto, creio ser importante definir a fase de nossa história em que já se pode falar de “brasileiro”. Não só por ser um impulso na direção da verdade histórico-cultural, senão, também, porque o fato vai influir em nossa ulterior e ansiosa busca de uma identidade nacional bem definida pela psicologia da desconfiança. Desconfiança em nosso potencial. A lentidão e os percalços do processo vieram marcar evidente complexo de inferioridade que atravessou toda a vida do Império, nutrindo, no silêncio de nós mesmos, e até em certas manifestações literárias, sociais e políticas explícitas, o sentimento que nutríamos quando nos comparávamos com o europeu, especialmente o francês e o inglês. Não me parece sensato retirar o tema de nossa agenda de pesquisas, se pretendermos nos entender e captar nossa especificidade como povo ■



DEBRET
Aquarela



Jarbas Passarinho

Foi Ministro de Estado, Governador do Pará,
Senador da República e Ten Cel Art.

A NATUREZA DAS COISAS

As Forças Armadas, em 1945, depuseram o ditador Getúlio Vargas para redemocratizar o país. Na Constituição de 1946, seu papel destinava-se “a defender a Pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem”. Os poderes constitucionais geravam, no Brasil dos anos 1960, a desordem. Leonel Brizola, nacionalista exaltado e epígono de Getúlio Vargas, pregava abertamente o fechamento do Congresso. Jango tentou aprovar o Estado de Sítio, repellido pelo Congresso. Namorava a ideia de permanecer no poder criando a República Sindicalista. Duas testemunhas coevas e insuspeitas o confirmam; o embaixador soviético Fomin, nas suas memórias, e Carlos Prestes, em livro por ele ditado a Denis de Moraes, em que revela a aliança com Jango de quem dizia “já compreender o papel da União Soviética” em plena Guerra Fria. Ademais, os líderes do Grupo dos Onze, dias antes de 31 de março, levaram a Brizola um relatório que dizia: “O golpe não virá da direita, mas de Jango”.

Na noite de 31 de março de 1964, frente a dois mil sargentos que lhe prestavam homenagem política, fez um discurso radical. Leu-o, antes, a Tancredo Neves, que o ouviu e profetizou “o texto até que é bom, mas duvido que saia da reunião ainda Presidente da República”. Só então os militares intervieram. Jacob Gorender, grande historiador do marxismo, fundador do Partido Comunista Revolucionário, em seu livro *Combate nas Trevas*, sumariza no capítulo 8º: “A pré-revolução e o golpe pre-

ventivo”. A pré-revolução, Jango já a dirigia em íntima aliança com os esquerdistas de todos os matizes. Daí o “golpe preventivo”, que chamamos de Contrarrevolução. Mas, já no governo Castelo Branco eclodiram as guerrilhas comunistas que foram treinadas inicialmente na China de Mao Tsé-Tung e depois em Cuba. Nenhuma das facções lutava pela democracia. Como sustenta em livro e entrevista o guerrilheiro Daniel Aarão Reis, visavam a implantar a ditadura do proletariado, fundamento do marxismo.

Desde o governo FHC que a lei proporcionou indenizações, por vezes milionárias e promoções nas Forças Armadas, violando os requisitos legais para tanto. Antes já se promovera, na Aeronáutica, um capitão não combatente diretamente a brigadeiro e um coronel, com curso de Estado Maior, é verdade, mas o que lhe assegurava a promoção a brigadeiro, porque isso não é direito assegurado, mas escolha arbitrária do Presidente da República. Golbery, brilhante coronel de Estado Maior, quando Jango assumiu após a renúncia marota de Jânio, pediu passagem para a reserva porque sabia que Jango não o promoveria. Este resumo histórico evidencia a origem ilegítima das decisões das Comissões, formadas por revanchistas e que se destinam a reparar os julgados prejudicados porque lutaram pela democracia que queriam restabelecer, vencendo a “ditadura militar”. Mentira. Se os guerrilheiros vencessem, não seria aos democratas que Marighela, Lamarca e os dissidentes de Prestes entre-

gariam o poder, restaurando as liberdades civis e políticas restritas pelo AI-5. Quem as restaurou foram os militares, a Emenda Constitucional nº 11, de outubro de 1978, de iniciativa de Geisel, seguida da anistia de 1979, de Figueiredo”. Têm tentado as Comissões justificar prebendas e promoções irregulares que concedem. Presos ao dever da disciplina, os oficiais na ativa do Exército, silenciosos até aqui, foi-lhes impossível calar em face de a ignomínia que representa para o Exército a promoção a general, “de contracheque”, de um desertor, assassino frio de homens do povo e de um militar seu refém. Pela primeira vez, protestaram quinze generais de quatro estrelas do Alto Comando do Exército e dois do Ministério da Defesa. Vale como provocação a palavra acintosa do Ministro da Justiça, ao dizer que se trata do mérito de quem “lutou, radical, contra a ditadura”. Caberia o prêmio ignóbil, se fora Lamarca vencedor num Brasil por ele comunizado. A promoção concedida pela Comissão a ele se iguala e merece o que Rui chamou de “magarefes da honra alheia”, pois ofende a honra de um Exército que em defesa da Pátria, juncou de cadáveres os pântanos do Paraguai e a neve dos Apeninos e derramou seu sangue nas cidades e nas matas nacionais. Montesquieu já dizia que as leis derivam da natureza das coisas. É essa, agora, a natureza das coisas à democracia sempre foi inaceitável a submissão aos caprichos dos régulos. Ou é democracia caricata ■

Carlos Nejar

Escritor

Academia Brasileira de Letras e de Filosofia

nejarim@terra.com.br

A CRISE DO SUPREMO

Esperamos que os réus não acabem todos beatificados pela prescrição.

Fiquei preocupado com o que percebi na sessão de posse dos novos presidente e vice-presidente do Pretório Excelso – mais que o comprimento, a prolixidade do “enciclopédico” discurso do ministro Celso de Mello, o clima de divisão interna, com a candente animosidade entre o ministro Joaquim Barbosa que não poupou seu colega Cezar Peluso e nem por ele foi poupado, em duelo verbal pela imprensa, reflexo da beligerância interna, hoje existente, como vulcão sob a neve, que explodirá talvez no segundo semestre.

Confesso que não gostei do trinar de Daniela Mercury, a quem admiro, errando ao cantar o Hino Nacional, nem de algum axioma infeliz do ministro Ayres Britto, eivado de verso de grande beleza, como o de T. S. Eliot, com a obviedade da transparência nem sempre tão transparente, sendo a imparcialidade invenção formal, pois o julgador está sujeito no momento de julgar, ou “sentir” (donde proviria o vocábulo “sentença”), a tantas circunstâncias, desde a política, até a física, emocional, ou a dor de cabeça, ou mau humor, o vento da complacente misericórdia, até ao resvaloso calo da razão.

Concordo com os ilustres, nobres e intrépidos ministros Gilmar Mendes e

Luiz Fux, quando alegam que o Supremo não está condicionado à opinião pública, e, sim, à aplicação do Direito. E registro a corajosa posição da corregedora Eliana Calmon, que lutou a favor do CNJ e da ministra gaúcha Rosa Weber que votou a favor de sua manutenção, sob pena de não haver mais quem julgue os julgadores.

E a Constituição, objeto amplamente louvado no discurso de posse do novo presidente, é tão preciosa e tão fundamental que nem carece de ser idolatrada, ou cercada de inefáveis palavras. O que cabe é ser ela cada vez mais obedecida, sobretudo pelo Supremo, como pelo povo. Não há mérito em segui-la, é dever. Sem proselitismo, glosa, com o respeito de grandes e pequenos. Sem a tentativa, por falta de legitimidade moral, de invadir a esfera de sua competência, ou impor-se a ela, ou reformá-la, ferindo a vida democrática.

E ênfase. O que vige, imperceptivelmente, é o afastamento gradual entre juízes do Supremo e os advogados, com a criação da senha digital, exilando, paulatinamente, a pessoa, a fala e oratória, salvo na sustentação oral, último reduto, com a assombração de um sistema que se pretende burocrático, oficioso, maquinal, sem alma (a fala é alma), forjado no pretexto “nobre” de apressamento das causas (que na prática não ocorre).

Vale, entretanto, reconhecer que o

discurso do atual presidente do Pretório Excelso foi original, coisa rara, de um poeta-jurista, não esquecendo sua terra, o Sergipe, o que é honroso, nem o “gênio da raça”, o também sergipano Tobias Barreto, nem que era vascaíno — o que podia ser omitido. Sob o vigilante “terceiro olho” do invisível. E todos estávamos suando no ar pouco visível, num cerimonial míope, desorganizado, com a exigência de estarem os convidados uma hora antes, sendo o evento marcado para as 16 horas (começou às 17h e acabou às 19h30). No término, havia uma multidão comprimindo-se, apertada, em fila, implacavelmente contida pelos funcionários, dificultando o abraço aos empossados que se daria, depois de ferrenho combate corporal, no salão branco.

O que esperamos, agora, como brasileiros, é que os ânimos no mais alto juízo do país se abrandem, voltando a reinar, ali, a cortesia, cumprindo-se o preceito de Machado, de que “as almas são incombustíveis”. E que o tão protegido processo do mensalão ache o final julgamento, com a confiança de que os réus não acabem todos beatificados pela prescrição.

Porém, é a lucidez crítica de Paul Valéry que nos adverte: “O futuro não é mais o que costumava ser”. Aguardamos que ao menos seja diferente. E melhor ■

Fonte: O Globo



ANTONI TÀPIES
Covered Chair
1970



O ESTADO LAICO E OS VALORES REPRESENTADOS PELO CRUCIFIXO

Ives Gandra da Silva Martins

Tributarista, Professor Emérito das Universidades Mackenzie,
UNIP, UNIFIEO, UNIFMU, do CIEE/SP, ECEME e ESG

ives@gandramartins.adv.br

*Inauguração do
Cristo Redentor
Rio de Janeiro
- 12 de outubro
de 1931*

O Conselho da Magistratura do Tribunal do Rio Grande do Sul decidiu que os crucifixos deveriam ser eliminados das salas de sessão do Poder Judiciário daquele Estado, sem que tivesse até o fim do mês de março, quando escrevi este artigo, sido referendada tal decisão, que dependia ainda de manifestação do órgão especial ou de todo o colegiado daquele Sodalício.

Muitos dos magistrados rebelaram-se contra a manifestação de seus cinco componentes, tendo alguns deles afirmado que continuariam a manter os crucifixos, respeitando decisão do CNJ, em sentido contrário ao da Corte Sulina.

Os Ministros aposentados do STF, Paulo Brossard e Carlos Mário Velloso, criticaram a decisão dos cinco desembargadores, chegando Paulo Brossard a dizer que o Tribunal atravessava “tempos apocalípticos”.

Os cinco componentes do Conselho da Magistratura curvaram-se a um pedido de entidade civil de lésbicas, as quais se sentiam incomodadas em ver o crucifixo representativo de um dos mais injustos e sangrentos julgamentos da história e que induz reflexão permanente a cada magistrado de que é sua obrigação fazer justiça, sem preconceitos e não agir como os julgadores que condenaram Cristo à cruz.

O problema exterioriza o que já denominei de ditadura do laicismo, ou melhor, de um falso laicismo.

É interessante que tal decisão de uma esmagadora minoria do Tribunal gaúcho, mas assentada no Conselho da Magistratura, está na linha de decisão da Corte de Direitos Humanos Europeia, lá não provocada por lésbicas, mas por uma única senhora, que perdera na Justiça Italiana o pedido de retirada dos crucifixos de todas as repartições públicas italianas.

Esta uma única senhora, que, certamente, no dia de comemoração do nascimento de Cristo, ofertou a seus filhos e familiares presentes natalinos e a Corte Europeia de Direitos Humanos, constituída de juizes não - italianos, e que também, em homenagem ao Natal, não funcionou no dia 25 de dezembro, impuseram à nação peninsular, berço do Cristianismo universal, contra a opinião de

dezenas de milhões de pessoas que lá vivem, a obrigatoriedade de retirada dos crucifixos de suas escolas.

Os próprios juizes daquela Corte, que impuseram a eliminação dos crucifixos - símbolo integrante da cultura da esmagadora maioria dos cidadãos italianos -, certamente também festejaram as festas natalinas, presentearam familiares e amigos e comemoraram a data de confraternização mundial, por excelência, talvez, a mais importante para a difusão da paz e da fraternidade entre os povos.

A hipocrisia entre a eliminação dos crucifixos e a comemoração do Natal, signos que lembram a morte e o nascimento de Cristo, é evidente, demonstrando a falta de razoabilidade da decisão da Corte Europeia de Direitos Humanos, por impor aos italianos a vontade de uma única pessoa.

Não cogitou, entretanto, de instituir a proibição dos feriados natalinos a todos os países da Europa.

Este e outros episódios, que vão se multiplicando pelo mundo, estão a atestar que os valores do Cristianismo incomodam hoje, como incomodaram, nos primeiros 300 anos, os detentores do poder, no império romano, cujo padrão de comportamento moral não serviria de lição para nenhuma escola de governantes.

Para o referido órgão decisório, acostumado a condenar todos aqueles que, na sua preconceituosa visão laicista, ferem seu conceito amesquinhado de dignidade humana, realmente a figura do crucifixo deve perturbar, pois, como julgador, Cristo, na cruz, não só absolveu todos os que o condenaram, mas também aquele criminoso (Dimas), que com ele foi crucificado. E para essa Corte acostumada a condenar, a figura de um juiz que absolve, é perturbadora, como lembra Américo Lacombe.

O certo é que há uma minoria, com forte influência política, que busca solapar os valores éticos e culturais do Cristianismo, a título de impor a ditadura do ateísmo, pela qual, no Estado Laico, apenas os que não têm religião podem se manifestar, impor as suas regras e exigir que todos os que acreditam em Deus se submetam à tirania agnóstica.

A decisão, por outro lado, fere um

princípio fundamental, o da subsidiariedade no direito europeu, segundo o qual todas as questões que podem ser decididas de acordo com a tradição, costumes e legislação locais não devem ser levados às Cortes da comunidade, por dizerem respeito, exclusivamente, ao direito interno de cada país.

Bem, por isso, a decisão referida recebeu fortes críticas, terminou não sendo cumprida em um país onde as leis que contrariem seus costumes são de difícil cumprimento.

No Brasil, o Conselho Nacional de Justiça, em resolução tomada por 12 votos e uma abstenção, deliberou que, nos Tribunais, caberá a cada magistrado decidir, de acordo com suas convicções, a manutenção ou não do crucifixo na sala de julgamentos. E uma tentativa do Ministério Público de retirar os crucifixos desses recintos foi rejeitada pelo Poder Judiciário.

Se a Turquia vier a ingressar na União Européia – já estando avançadas as tratativas neste sentido – certamente, a Corte Européia não terá coragem de proibir, nas sessões de julgamento, os símbolos da cultura e da crença islâmica, diante de possíveis reações “talebánísticas”.

Os valores do Cristianismo incomodam sempre. Embora sem a virulência dos tempos dos mártires do Coliseu, a reação dos que querem impor sua maneira de ser é a mesma. Uma visão deturpada do Estado Laico, que não é UM ESTADO SEM DEUS, mas um Estado em que a liberdade de pensar é plena e não pode reputar-se ameaçada pelo respeito às tradições do povo e do País. Numa democracia, é a maioria que deve decidir os seus destinos. E a maioria acredita em Deus.

É por esta razão que magistrados do Rio Grande do Sul católicos tenderão a manter ou não os crucifixos em suas salas de audiência, conforme suas convicções até que haja uma decisão final do órgão especial ou do Tribunal Pleno. Como disse Paulo Brossard, os tempos lembram o Apocalipse, em face de a tirania dos poucos que não acreditam em Deus, que ignoram, inclusive, que o Estado laico é o Estado em que se respeita a opinião de todos e que as decisões do Estado não são determinadas pela religião, mas sim, pela maioria da população ■

PODRIDÃO

Manuel Cambeses Júnior

Cel Av

Conferencista especial da Escola Superior de Guerra, membro emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e Conselheiro do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica.

mcambeses@yahoo.com.br

Há algum tempo a imprensa tem dado destaque a algumas revelações verdadeiramente escandalosas sobre o envolvimento de políticos, empresários e autoridades governamentais em atos desairosos e denunciado o enriquecimento ilícito de maus patriotas no exercício da função pública.

Se adicionarmos a estes lamentáveis casos as denúncias e investigações que envolvem, em diferentes oportunidades, funcionários do setor administrativo, inclusive colaboradores diretos da Presidência da República, chega-se à conclusão de que a maré de anomalias, torpezas e suspeitas está profundamente enraizada nos três poderes do Estado.

Constatamos, com imensa tristeza, no atual cenário político nacional, inumeráveis e lamentáveis fatos que vêm sistematicamente ocorrendo, envolvendo autoridades públicas – especialmente ministros de Estado e funcionários do primeiro escalão governamental – que o nosso país se encontra em avançado processo de putrefação moral.

E se esse processo deletério não for estancado, a curto prazo, a projeção que podemos fazer para o futuro é dramática. Portanto, algo deve ser feito para estancar, de imediato, com todos esses desastros.

Os fatos, ao longo dos últimos anos, mostram que os detentores do poder urdiram um plano diabólico para, paulatinamente, desmontar o poder de reação da

THOMAS SCHÜTTE
United Enemies
1993

NA ESTRUTURA ESTATAL

sociedade brasileira e manterem o perverso e abominável *status quo*.

Mas, bem sabemos, tal processo deletério não muda – apenas – com promessas, com palavras ou com intenções. Só ações efetivas, tomadas por pessoas de têmpera forte e com qualidades de liderança, poderão transformar as esperanças em decisões e, conseqüentemente, em ações. Ações que irão debelar essa plethora inominável de desvios de conduta de mentes doentias e mentirosas que, os fatos, sempre eles, mostram, comprovam, e vêm dominando, nestes últimos anos, o nosso país, em todos os seus quadrantes.

Portanto, só com ações efetivas poderá ser saneada a contaminação que tomou conta do Brasil. Um país onde muitas prefeituras contam com prefeitos e vereadores corruptos e corruptores. O mesmo acontece com governadores, deputados distritais, estaduais, federais, senadores e até mesmo os que deveriam zelar pela manutenção e a aplicação da lei: os juizes.

E esse quadro devastador se estende, segundo os fatos tão alardeados, até aos pontos mais elevados da estrutura de poder nacional. Um absurdo inominável! Urge, pois, que medidas efetivas e saneadoras sejam tomadas para resgatar a saúde moral de nosso país. Para que sejamos, um dia, de fato, uma Nação.

E, afinal, qual será o futuro se esse processo continuar? Se todas as aves de rapina continuam livres e a esbulhar o país? Com tantos privilégios e com essa brutal excrescência denominada “foro privilegiado”, um malévolos dispositivo criado nos estertores do mandato de FHC?

Esse mesmo senhor que começou o processo de enfraquecimento de nossas FFAA e da pusilânime tentativa de reduzir a importância da Escola Superior de Guer-

ra no seio da sociedade brasileira. Que também assinou, aceitou e se submeteu às decisões dos países hegemônicos que hoje se encontram com um pé firmemente fincado em nosso solo pátrio? Leia-se: Raposa Serra do Sol...

Assim, o que está em jogo é o futuro de todos nós. E, em especial, de nossos filhos e nossos descendentes.

E, por último, mas não menos importante, o que podem os cordeiros contra os lobos? Nada! Cordeiros sem proteção são e serão, por certo, presa fácil nas mãos predadoras de todos esses que aí estão a esbulhar, livremente, o patrimônio brasileiro. Patrimônio que foi criado e acumulado com o trabalho, a luta, o denodo, o vigor, o sofrimento e o sangue de nossos pais e nossos ascendentes.

Uma história de lutas que agora assistimos, impotentes, se perder nas mãos insidiosas e espúrias de todos esses lobos que saqueiam o país e nos tratam, a todos, como marionetes.

E, tragicamente, além de roubarem o próprio país eles não pensam duas vezes em se submeter e entregar as riquezas de nosso solo, aos algozes de sempre e que têm seus atos de dominação tão bem registrados e consubstanciados na História Mundial.

É muito difícil para a opinião pública assimilar o caudal de informações deprimentes que golpeiam, diariamente, a sensibilidade dos cidadãos, sem que seja experimentado um profundo desalento moral e observado, com um fundo de incredulidade, o funcionamento das instituições sobre as quais repousa a ordem republicana.

Ante esta dura realidade é imprescindível criar-se, o quanto antes, as condições que permitam reconstruir o prestígio da Organização Estatal, hoje fortemente afetado

pela sordidez desses maus brasileiros.

Uma sociedade que não confia em suas instituições dificilmente poderá caminhar com passo firme na direção de metas perduráveis de progresso, justiça e bem-estar. A honorabilidade dos homens públicos, qualquer que seja o nível e a natureza de sua função, é um oxigênio insubstituível para o desenvolvimento da capacidade criativa do corpo social, que dificilmente mobilizará, com profundidade, suas energias espirituais e materiais, se considerar que o fruto de seu esforço será aproveitado, desavergonhadamente, pela voracidade, ambição, vileza e falta de escrúpulos de uns poucos.

À imprensa lhe corresponde uma missão fundamental nessa empreitada de reconstrução nacional. Na maioria das vezes tem sido a mídia o instrumento de denúncia de manejos ilícitos por quem exerce o poder (seja de quem tenha chegado à função pública pelo voto popular ou de quem desempenha cargo de confiança em virtude de nomeação).

É alarmante imaginar quantos focos de corrupção teriam permanecido ocultos se os profissionais de imprensa não lhes houvessem focado a luz. Daí ressalta-se o valor estratégico da liberdade de expressão como pilar da ordem constitucional.

Frente à onda de seguidos fatos e focos de corrupção que ameaçam erodir os alicerces do Estado, toda a sociedade brasileira deve pôr-se de pé, para exigir que os atos ilícitos identificados e denunciados pela imprensa – desde que devidamente comprovados – sejam punidos exemplarmente, e que os controles do sistema democrático funcionem com eficácia e em plenitude, na salvaguarda da transparência moral, que é a virtude suprema da República ■

A REPÚBLICA



Relata a história que a atividade castrense em solo pátrio confundiu-se com o povoamento, independência e a liberal democracia. Com enfoque nesse patamar e com respaldo nas análises de consagrados historiadores, tentaremos nos colocar no ritmo de uma avaliação que, partindo da Conflagração Paraguaia, nos leve ao roldão dos acontecimentos que marcaram o comportamento do soldado na vida nacional.

Os militares envolvidos nos embates no Paraguai regressaram desiludidos não só com a monarquia, mas com a liderança militar do Conde D'eu, genro do Imperador.

O espírito republicano que envolvia a tropa vitoriosa da nossa primeira luta armada, em aqui chegando, encontrou um forte aliado – o positivismo. Esse pensamento amplamente difundido pelo Coronel-Professor Benjamin Constant na Escola Militar da Praia Vermelha, começou a ocupar o espírito dos cadetes de então, que se alinharam às posições científicas de Auguste Comte. As ideias Comtianas ocuparam as mentes da mocidade militar, que somadas aos anseios de um jacente “Espírito Republicano” moldaram uma interessante equação: “pertinácia do soldado e o civilismo republicano”.

A proclamação da República já estava

praticamente dedilhada. O espírito liberal há muito arraigado numa parcela importante da sociedade, via no liberalismo jacobino a razão de ser da nação, encantada com a Independência Americana que, ao lado da Queda da Bastilha, legou ao mundo uma nova visão de organização política, pautada nos sonhos de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, o grande viés dos amotinados franceses.

Numa avaliação inicial das peculiaridades da vida do soldado no seio da nação, elegemos a famosa “questiúncula” que envolveu Caxias, comandante das tropas em ação contra Lopes e o Senador Zacarias Góes, do Gabinete Liberal do

E OS MILITARES



Uniformes do
Exército Brasileiro
Artilharia a cavalo
1865-1872

CABO CLARIM

CAPITÃO

SARGENTO

SOLDADO COM
UNIFORME À GAÚCHA

Império. O Senador exigia explicações relativas à “condução das operações militares”, pergunta esta que resultou numa dura resposta de Caxias, evento que levou à derrubada do Senador Liberal, redundando o episódio como a primeira confrontação com os fardados de então, que passaram a merecer a confiança do Governo Imperial.

O historiador Buarque de Holanda considera este episódio como o primeiro mote circunstancial de reconhecimento do Exército Brasileiro na vida nacional. Como se vê, as armas começaram a ter influência não só junto à corte, mas na concepção da nação, que viu, na vitória das guerras

sulinas, uma marca da potencialidade dos nossos soldados.

Com a morte de Caxias, o Exército buscou uma liderança nos seus quadros, o que não foi muito difícil, uma vez que o comandante das Armas no sul do país, Deodoro, exercia uma firme liderança no seio da oficialidade. O General das tropas sulinas embora não fosse um teórico positivista, representava uma tropa jacobina. Havia uma crença nos moldes do positivismo de que o país iria se associar às grandes nações encimados pelos sucessos “franco-americanos”.

Assim, nasceu a sonhada República em 15 de novembro de 1889, pelas mãos

de Deodoro, respaldado pelo exército e a intelectualidade republicana, esta liderada por Rui Barbosa o ícone civilista do movimento. E não fomos muito longe: a Constituição de 1891 consolidou os sonhos civilistas e positivistas, todavia, faz-se mister referir que a chama republicana começou a evidenciar as suas primeiras “mazelas”. Circunstâncias inesperadas fizeram o governo de Deodoro relativamente curto, não só por problemas de saúde, mas por contingências políticas inesperadas. Emergiu uma interessante nuance no contexto nacional: “os ricos Cafeeiros Paulistas”.

Estes produtores, em face de as facilidades em conduzir o eleitorado cir-

cundante, firmaram-se como oligarcas, dominaram as campanhas eleitorais, preocupando o todo social, com manobras políticas eleitorais distantes da ética e dos bons costumes. Estes comedimentos chegaram ao seio do governo, configurando a primeira crise na cúpula dirigente. Como relatam historiadores, Deodoro, fraco de saúde e politicamente abalado, viu-se na contingência transferir o poder ao seu vice, Floriano Peixoto.

Floriano, na sua nova posição, buscou governar dentro de uma característica que ficou conhecida como “ultranacionalista”, pautada numa programação considerada modernizadora, enfrentando severas críticas do mundo paulistano que, aliando-se aos grandes pecuaristas e usineiros do nordeste, formalizaram uma nova e inesperada forma de vivência política – O CORONELISMO. Este comportamento acirrou o repúdio dos homens honrados que se surpreenderam com o radicalismo dos “coronéis oligárquicos”, que definiam eleições, distribuíam cargos públicos e benesses aos seus partidários. O CORONELISMO passou a incomodar. E, nesta contingência, fomos buscar na Tese de Doutorado de Sergio Murillo Pinto, “Exército e Política” (UFF-2005), estudo voltado às realidades, sonhos e perspectivas militares para uma interessante afirmação: “REPUBLICANIZAR A REPÚBLICA”. No entendimento de Sergio Murillo, este ousado jargão foi utilizado por jovens militares, inconformados com os condutores do Poder, que ansiavam por mudanças políticas, administrativas, orçamentárias e eleitorais. Mantendo-se longe das ideologias, consideravam-se fiadores da seriedade e honestidade de que tanto a pátria necessitava.

Neste compasso emergiu o movimento conhecido como TENENTISTA, dentro de uma plataforma ressentida com os vícios do sistema, falta de liderança e o atraso do país. É, ainda, importante salientar que estes soldados não se identificavam com os seus Chefes Militares, ligados a políticos corruptos, distantes das acepções positivistas da Proclamação. Nesse

passo, os “meninos militares” entraram na História, organizados e consubstanciados no TENENTISMO.

Qual a explicação para melhor entender o movimento “jovial militar”?

É neste ponto da presente avaliação que vamos nos valer de uma posição do Barão do Rio Branco. O Barão, com a sua incontestada liderança, aconselhou Floriano Peixoto a aprimorar a profissionalização dos nossos militares, lembrando que, na Europa, as tropas prussianas orgulhavam-se dos seus militares, ligados e orientados pelos princípios do grande estrategista prussiano Clausewitz. O governo, seguindo a orientação do Chefe das Relações Exteriores, de comum acordo com o Ministro da Guerra determinou que brasileiros estagiassem na Escola Militar Alemã.

No rol destes irrequietos militares, treinados na Alemanha, encontramos cadetes como Góes Monteiro, Felinto Muller, Euclides de Oliveira Figueiredo, Leitão de Carvalho, Bertoldo Klinger, João Alberto, Cordeiro de Farias, Eduardo Gomes, Juarez Távora, Luiz Carlos Prestes e outros. Flui claro, desta relação, que o Brasil mudou na atuação desses determinados soldados que, nos movimentos políticos em que se envolveram, ajudaram a traçar novos caminhos, que exercem influências até os dias presentes. O espírito de contestação destes homens consubstanciou-se em operação armada no dia 5 de julho de 1924, quando ocorreu a primeira ação armada, conhecida como os “18 do Forte”. Tenentes, do efetivo do Forte Copacabana, liderados por Eduardo Gomes, acompanhados por alguns soldados e um civil, sublevaram-se, enfrentando as tropas governistas, sob a legenda de “...morrer em nome dos ideais...”. As forças legais dominaram os revoltosos, mas a chama TENENTISTA acendeu, e não demorou muito, eclodiu uma nova insurreição, a “Coluna Prestes”. A Coluna enfrentou forças legais, percorreu vinte e cinco mil quilômetros do sul ao nordeste infiltrando-se, finalmente, na Bolívia, sem resultados plausíveis no todo nacional.

O TENENTISMO sonhava com um estado forte, produtivo, com excelências nos campos econômicos, sociais e desenvolvimentistas. A Coluna Prestes, na palavra de historiadores, era inebriada por conceitos e planejamentos, muitas vezes difusos, deixando um legado utópico e sonhador. O misticismo dos TENENTES finalmente encontrou, na Revolução de 1930, a grande oportunidade de usar suas posições nas atividades governamentais. A influência de Góes. Juarez, Cordeiro de Farias, Felinto Muller sempre foi grande no movimento. Com a eclosão da Revolução de 1930 o TENENTISMO encontrou a sua realização, posicionando seus mais importantes membros em importantes posições políticas. O presidente Vargas encontrou no TENENTISMO a concretização de princípios que a revolução pregava – centralismo, autoritarismo e desenvolvimento. Partindo do movimento de 1930, o TENENTISMO entrou na rotina da vida política brasileira, passando pela ESG, chegando a 1964. Julgo por demais importante que se traga a lume as palavras do grande estadista Barão do Rio Branco que, em suas memórias, recentemente postas a público e comentadas por Merval Pereira em sua coluna jornalística, dentre outras afirmações, escreveu:

“Minha aspiração – sem pretender chocar os que lerem essas minhas memórias desabusadas, algumas décadas para frente – é que o Brasil possa dispor, no futuro, de homens políticos mais bem preparados, tribunos competentes e educados, estadistas comprometidos com a dignidade das causas nacionais, sem nódoas de corrupção, sem o peso da ignorância abissal que, infelizmente, ainda marcam muitos dos aventureiros e oportunistas que se alheiam de cargos públicos, muitas vezes, por razões inconfessáveis”.

Como fecho da presente análise da vida política no período Republicano, encontramos, no Barão do Rio Branco, a síntese profética que, lamentavelmente “PREOCUPA A NAÇÃO POR ALGUMAS CALENDAS” ■

O julgamento da ANENCEFALIA pelo STF Brasileiro

Cristiane de Medeiros Brito Chaves Frota

Advogada

cristiane@britochavesadv.com.br

O estudo apresenta uma análise da ação movida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS) em 2004, com recente julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em que se declarou a legalidade da interrupção da gravidez, nos casos em que constatada a anencefalia do feto.

Até então, em apenas duas situações poderia ser realizado o aborto: em caso de estupro, ou de claro risco à vida da mulher. A legislação proibia todas as outras situações, e no Brasil os pedidos de interrupção da gravidez, no caso comprovado de anencefalia do feto, eram, em sua grande maioria das vezes, negados.

Nesse sentido, é examinada a decisão pelo STF a partir de elementos no curso do processo e a experiência no Brasil. O procedimento metodológico remete à pesquisa dos autos, em que se estabelece um diálogo entre documentos investigados e a atualidade sobre a matéria. O estudo é concluído com a exposição de dados da OMS – Organização Mundial de Saúde –, que corroboraram a necessidade da descriminalização do aborto nos casos de anencefalia fetal.

O Supremo Tribunal Federal no último dia 12 de abril reconheceu o direito de autonomia reprodutiva das mulheres de manter ou não a gestação de fetos anencéfalos.

A ação foi ajuizada em 2004 pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), que defendia a descriminalização da antecipação do parto em caso de anencefalia. A CNTS alegava ser ofensa à dignidade humana da mãe obrigá-la a carregar no ventre por nove meses, feto que certamente não sobreviveria após o parto.

A questão controversa foi tema de quatro dias de audiência pública no STF em 2008, sob a condução do Ministro Marco Aurélio, relator do processo, reuniu representantes do governo, especialistas em genética, entidades religiosas e da sociedade civil. Os defensores do direito das mulheres de decidir sobre prosseguir ou não com a gravidez de bebês anencéfalos puderam apresentar seus argumentos, assim como aqueles que acreditam ser a vida intocável, mesmo no caso de feto sem cérebro.

Foram ouvidos representantes de 25 diferentes instituições, ministros de Estado e cientistas, representantes de entidades religiosas, entre outros, cujos argumentos serviram de subsídio para a análise do caso por parte dos ministros do STF.

Nos últimos anos, a grande maioria dos pedidos de aborto anencéfalo foi negada, restritos ao ordenamento jurídico, com pouca preocupação na lacuna da lei.

Agora, na decisão final sobre o assunto, o Supremo Tribunal Federal apoiou o aborto anencefálico, condicionando-o, entretanto, à imprescindibilidade de que se trata efetivamente de uma anencefalia, com perspectiva vital inviabilizada.

Constatada a impossibilidade de sobrevivência do bebê, não parece correto conceber que, em pleno século XXI, a mulher fosse obrigada a manter uma gestação de feto anencéfalo, cuja vida é totalmente inviável, prosseguindo com uma gestação já fadada ao insucesso, o que poderia lhe acarretar sérios problemas de ordem emocional.

O Brasil é um dos últimos países a reconhecer a possibilidade de aborto nos casos de feto anencéfalo, já autorizado na Argentina, América do Norte, Europa e parte da Ásia. A proibição ainda perdura nos países muçulmanos, alguns países da África e parte da América Latina.¹ A OMS – Organização Mundial da Saúde - reconhece a anencefalia como uma doença incompatível com a vida ■

1 - Relatório da OMS - Organização Mundial da Saúde.



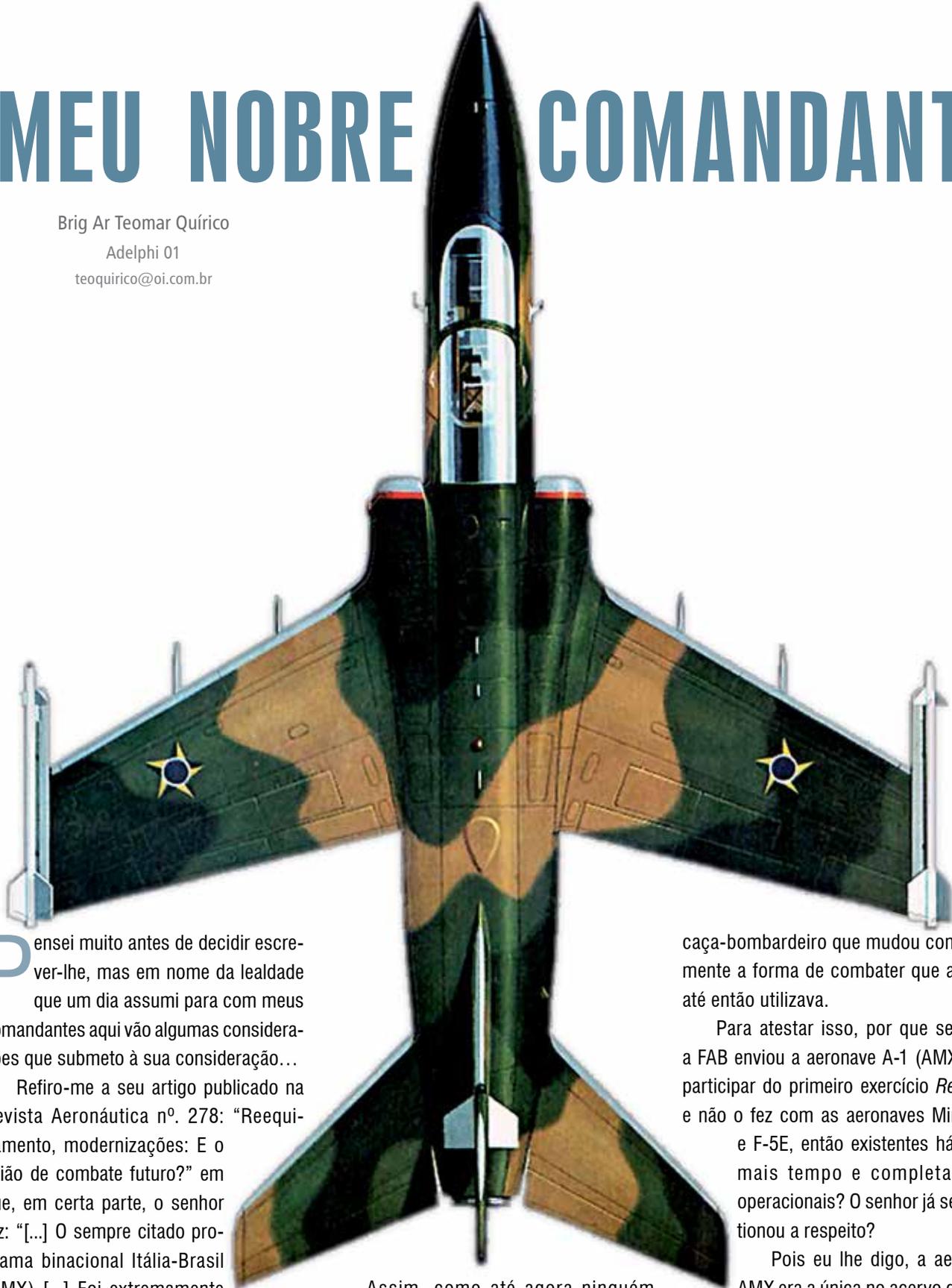
VELDHOEN
Lotje Veldhoen
1964

MEU NOBRE COMANDANTE

Brig Ar Teomar Quírico

Adelphi 01

teoquirico@oi.com.br



Pensei muito antes de decidir escrever-lhe, mas em nome da lealdade que um dia assumi para com meus comandantes aqui vão algumas considerações que submeto à sua consideração...

Refiro-me a seu artigo publicado na Revista Aeronáutica nº. 278: “Reequipamento, modernizações: E o avião de combate futuro?” em que, em certa parte, o senhor diz: “[...] O sempre citado programa binacional Itália-Brasil (AMX) [...] Foi extremamente caro e mais serviu à EMBRAER. O resultado aí está. Que a FAB responda [...]”.

Não é a primeira vez que o senhor se utiliza dessa expressão “Que a FAB responda” ou “Com a palavra a FAB” etc. para questionar a validade do produto final – avião de caça – entregue à FAB por conta desse programa de desenvolvimento.

Assim, como até agora ninguém resolveu respondê-lo em nome da FAB, resolvi fazê-lo na qualidade de primeiro comandante da unidade que implantou operacionalmente a aeronave AMX.

O senhor não precisa ter dúvidas, a par de todas as vicissitudes do programa de desenvolvimento da aeronave, a FAB ao final de tudo recebeu um excepcional

caça-bombardeiro que mudou completamente a forma de combater que a Força até então utilizava.

Para atestar isso, por que será que a FAB enviou a aeronave A-1 (AMX) para participar do primeiro exercício *Red Flag* e não o fez com as aeronaves Mirage III e F-5E, então existentes há muito mais tempo e completamente operacionais? O senhor já se questionou a respeito?

Pois eu lhe digo, a aeronave AMX era a única no acervo da caça operacionalmente capacitada a participar e contribuir para os resultados finais de um exercício daquela complexidade. Era a única na FAB a possuir equipamentos de contramedidas eletrônicas ativos e passivos instalados, a única a possuir lançadores de chaff e flares, a única a possuir um sistema de navegação e ataque integrados

que permitia a realização de uma missão de ataque dentro dos parâmetros então exigidos para uma missão operacional num cenário operacional como a *Red Flag*. Em resumo, o AMX era o único avião que possuíamos que entraria no exercício (guerra?) e não seria motivo de preocupação em termos de segurança de voo e operacional para os demais participantes. O senhor já imaginou uma aeronave T-25, sem rádio, voando na Terminal São Paulo na hora de pico noturno?

Dirijo-me ao senhor como piloto da aeronave e primeiro comandante da unidade e não como partícipe do programa de desenvolvimento. O AMX é um excepcional caça-bombardeiro que cumpre todos os requisitos operacionais estabelecidos à época pela FAB e que devolveu à FAB, em termos de eficiência operacional, cada centavo investido no seu desenvolvimento.

Recordo-me quando do nosso primeiro deslocamento para participar da FIDAE (Feira Internacional de Aeronáutica e Espaço), realizada bianualmente no Chile. Ao pousarmos em Santiago com duas aeronaves, nossos amigos chilenos, ao saberem que havíamos decolado de Santa Maria, nos questionaram onde havíamos feito um pouso intermediário até Santiago. Ao saberem que havíamos feito um voo direto, sem reabastecimento em voo, Santa Maria - Santiago, eles manifestaram surpresa e admiração com a capacidade demonstrada pelo avião. Naquele instante, com essa simples demonstração de capacidade operacional, a FAB mudava todo o equilíbrio de forças até então existente no nosso contexto operacional sul-americano.

É preciso, entretanto, analisar as capacidades da aeronave à luz dos requisitos estabelecidos. Querer analisar o AMX como um caça de combate aéreo puro, querer que ele se comporte em altitude como um F-16, F-18, Mirage ou coisa que o valha, é misturar alhos com bugalhos que não nos leva a lugar algum, exceto a conclusões precipitadas e erradas. Da mesma forma que debitar ao avião os problemas ocorridos durante o programa de desenvolvimen-

to, inerentes a qualquer programa dessa natureza, também não é justo!

Foi assim que nós quase matamos operacionalmente o avião. Foram alguns de nós que o chamaram de F-32 – aeronave duas vezes mais cara que o F-16 -, de APX – aeronave pior que o Xavante – etc., simplesmente porque queriam que aeronave tivesse um desempenho do caça dos seus sonhos e não do avião que a FAB havia especificado – um avião de ataque leve (lembra-se do A-X?). Tanto falaram mal que tivemos imensa dificuldade em conseguir voluntários para guarnecer a nova unidade aérea e voar a aeronave mais moderna no então acervo da FAB!

Reitero ao senhor, a FAB recebeu com o AMX um excepcional caça-bombardeiro, nos mesmos níveis de um A-7, Jaguar, A-10 ou aeronave semelhante e que cumpre eficazmente a missão que a FAB necessita. Não preciso recordar ao senhor, mas avião de caça não é apenas aquela aeronave que sobe como um raio, navega quase na troposfera e intercepta uma aeronave inimiga o mais distante possível do nosso território. Tem de haver alguém que navegue com precisão, voe o mais distante possível, despeje uma carga de munição letal, com precisão, num alvo pesadamente defendido pelo inimigo e retorne com segurança à base de origem. Quase igual aos nossos veteranos do 1º Grupo de Caça na Itália!

Em resumo, meu nobre comandante, o programa AMX, além de ter servido para o desenvolvimento tecnológico da EMBRAER (e do Brasil!), deu à FAB (e ao Brasil!) um excelente instrumento operacional de suporte aos nossos mais lúdimos anseios como nação. Não tenha dúvidas a respeito!

Outro aspecto que gostaria, também, de comentar com o senhor e que, de alguma forma, vai contra alguns de seus comentários, é a respeito daquilo que o senhor chama de “corrida ao encantamento tecnológico”.

Quando substituímos nossos usados e ultrapassados F-47 pelo moderno avião a jato F-8, o fizemos pelo encantamento

tecnológico ou por uma necessidade operacional real? Quando substituímos nossos obsoletos T/TF-33 pelos modernos Mirage o fizemos pelo encantamento tecnológico do voo supersônico ou por uma necessidade operacional real e palpável? Quando resolvemos instalar nos nossos F-5E equipamentos de chaff e flares, contramedidas eletrônicas, um radar que “enxergasse” além de 20 milhas e pudesse monitorar mais de um alvo, estávamos fazendo isso por encantamento tecnológico ou por uma necessidade operacional real?

Buscar a capacidade operacional que atenda aos anseios da nação brasileira é encantamento tecnológico ou vontade de poder cumprir a missão que a sociedade espera da FAB?

Quem está dentro da nacele de um caça precisa ter o mais moderno para sobreviver à arena de combate, embora tenha que haver alguém que defina para ele qual arena de combate ele vai operar, condicionando, portanto, a tecnologia então necessária!

Entendo que deve haver um balanceamento entre qualidade e quantidade – de nada vale a mais moderna tecnologia se somos incapazes de mantê-la ou de tê-la em número insuficiente – mas, não há como entrar em combate com estilingues enquanto nossos possíveis adversários estão armados com metralhadoras, não importando a quantidade de estilingues que nós possamos ter! Nesse sentido, arrisco dizer que a meu ver a FAB tem conseguido, a duras penas, esse tão difícil equilíbrio.

Meu nobre chefe, não me leve a mal, espero que o senhor entenda minhas manifestações feitas dentro do mais puro espírito de *Tribuna Livre do Piloto de Caça*, da mesma forma que entendo as suas.

É sempre um prazer “duelar” ideias com um ex-comandante como o senhor, caçador da mais nobre cepa, já que fica muito mais difícil duelar no espaço, vendo-o às 5 horas, caindo do poleiro. Invariavelmente eu acabaria torto de tanto “G”.

Um forte abraço ■

CÓDIGO ADELPHI

Mais uma vez o autor conta uma estória e deixa a dúvida: foi verdade, foi um sonho? Tem relação com o grito de guerra dos avestruzes do 1º Grupo de Aviação de Caça.

Para mim, a origem do ADELPHI está no cigarro mata-rato que do Brasil lhes enviavam, bem como a todos os pracinhas do “front” europeu. Mais uma vez não vou tirar a dúvida, pois a estória é bonita demais e merece crédito. Até porque, a Nina está aí para confirmar.

Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista

A admiração é, sem dúvida, uma importante forma de desenvolvimento pessoal, hoje, inclusive, alçada ao nível de prática empresarial sob o nome de *benchmarking*.

De minha parte, cedo descobri as vantagens em identificar determinados “ídolos” e tentar copiar seus pontos fortes. E assim fiz, entre outros: com o ator William Holden, o inesquecível *drifter* de Hollywood no filme *Picnic* em 1955 (a música tema *Moon Glow* faz sucesso até hoje!); e, já adolescente, com o surfista californiano Mike Doyle, inspirador do personagem *Big Kahuna*, um vagabundo de praia no filme *Gidget*, no começo dos anos 1960.

Na Aviação de Caça não poderia ter sido diferente. E como alguns bem o sabem, embora tenha convivido com uma grande quantidade de brilhantes profissionais, escolhi como referência em cada fase de vida quatro pessoas que, por distintas razões, pareciam estar mais próximas à minha capacidade e ao meu modo de ser.

Assim, a partir do enorme sucesso do Tenente Araken junto ao público feminino em uma visita à Base Aérea de São Paulo, onde eu vivia em 1970, decidi que seria um dia Piloto do 1º Grupo de Aviação de Caça.

Mais tarde, já cadete aviador, em 1975, em uma visita de férias a Anápolis, vislumbrei, através do Capitão Peixe Lima, o enorme handicap social que um carro esportivo e o status de caçador podem trazer a qualquer vivente.

Caráter, disciplina, companheirismo e dedicação, encontrei no Major Silva Júnior (Chicão) a partir de 1978 até hoje, o modelo a ser emulado.

E, finalmente, ao sair da FAB, em 1994, foi no Coronel Heber Moura, antigo caçador e, posteriormente, executivo da Boeing no Brasil, que descobri ainda haver um gratificante desafio pós-Força Aérea, numa carreira interessante e que podia perfeitamente ser conduzida sem qualquer conflito com os princípios adquiridos ao longo da vida militar.

Cada um desses “ídolos” desapercebidamente me ajudou de alguma maneira.

Com alguns convivi mais proximamente. O Chicão, por exemplo, que considero como meu irmão mais velho.

Mas, apenas um entre esses modelos, o Coronel Peixe Lima, veio também a ser meu comandante, exatamente no Grupo de Caça, numa época instigante, em que pude confirmar o acerto de minha

admiração em diversas outras facetas de sua personalidade.

Os hindus chamam de *Bodysatwa* alguém que elege a busca da iluminação pessoal como filosofia de vida e que transcede os limites do trivial.

A abertura da mente gerada – na guerra com a execução de mais de 90 missões de combate (palavras do Brigadeiro Rui) ou em tempos de paz com a passagem da marca de 1.000 horas de F-5 (voz corrente, por aí) – já havia sido percebida por alguns veteranos e integrantes mais antigos do “Clube”.

Ao alcançar essas marcas, uns passam a escrever em aramaico, outros a compor óperas e alguns apenas identificam novas formas de continuarem mais ricos, como o Cianflone.

Todos ficam, no entanto, mais observadores...

Recentemente, numa roda de respeitáveis caçadores (o Coronel Potengy, liderando) na extensão do Picadinho do Brigadeiro Nero, no Clube de Aeronáutica, o Peixe comentou sua ida ao Vale do Pó, munido de uma garrafa de *Glenmorangie*, na intenção de alcançar a iluminação ou o Santo Graal da Aviação de Caça.

Isso talvez porque, gente como ele,

eu e outros mais *gauches*, não podem aceitar a tese simplista de que a sábia decisão de criar a Caça Brasileira tenha sido fruto apenas da ideia de um bando de tenentes guerreiros liderados por um major diferenciado, em meio ao espocar da *flak* alemã.

Por mais brilhante que fosse o Major (e todos sabemos que foi!) e por mais audaciosos que fossem os jovens (também sabemos que foram!), não dá para comprar essa ideia sem discussão (sobretudo, quando há uísque na mesa).

Há de haver uma razão maior, uma faísca primeva, uma partícula de Deus num processo como esse, que deu tão certo e que formou gente tão capaz ao longo desses quase 70 anos.

E aí é que entra o *Bodysatwa*, na busca desse *Bóson de Higgs* da Aviação de Caça Brasileira, identificando que o caminho para essa descoberta estaria, certamente, indicado através de sinais de ocultismo, como os procurados pelo Peixe Lima em sua busca na arena de combate dos aves-truzes: o Vale do Rio Pó, na Itália!

Lá, após tomar uma dose de *Glenmorangie* com água do rio, como eu já havia contado, chegou certamente mais perto de entender a questão. Ou não, pois o *Dharma* (a busca constante) é o verdadeiro *Nirvana*!

Descendo a Piccadilly Road naquele fim de tarde chuvosa, era exatamente nisso em que eu vinha pensando, enquanto aten-

díamos, eu e Nina, ao convite de amigos londrinos para assistir a peça *Swenney Todd*, o *Barbeiro Macabro da Rua Fleet* que, muito antes da turma de Garanhus, já havia prosperado no comércio de empadas com carne humana.

Ao chegar ao teatro, fiquei espantado em se tratar do Teatro Adelphi...

Eu já tinha ouvido o Brigadeiro Rui falar sobre o tal conjunto de prédios em frente ao teatro, na própria Westminster, entre a Strand e o Tâmesa, construídos pelos irmãos Adams e que tomara o nome de Adelphi, emulando a palavra grega *adelphois*, que significa irmãos. E, portanto, deduzi que essa seria apenas mais uma homenagem ao mesmo.

Lembrei, no entanto, que o Adelphi que inspirou os veteranos a criar sua "saudação aos bravos", foi, na verdade, um cigarro "mata-rato" americano fabricado sob licença no Brasil pela Castelões e que, junto às *scatolettas* de ração americana, era também usado nas frias noites do Albergio Neptuno, para comprar a boa vontade das jovens *ragazzas* de Pizza. E, nesse aspecto, batizar algo mortal como um cigarro de "Irmãos" parece piada do próprio barbeiro macabro.

Como a peça era, na verdade, uma sequência de carnificinas entediadas, achei, numa brecha da atenção de nossos anfitriões, uma desculpa para me ausentar do camarote e tomar, lá fora, a fresca que sopra da Tower Bridge, enquanto acertava o relógio pelo Big Ben.

Na porta do teatro, entabulei uma conversa com o porteiro (nona geração de porteiros daquele teatro) que me contou a rica história do estabelecimento.

Num determinado ponto da conversa, ele mencionou rapidamente que algumas pessoas da Escócia achavam que o nome do teatro era uma homenagem a um aviador escocês tombado em combate, na França, durante a Grande Guerra de 1914.

Quando insisti em saber o nome do piloto, o porteiro falou que embora não se recordasse, tinha um primo escocês que trabalhava como mordomo no Palácio de

Buckingham e que, certamente, saberia o nome da família do aviador.

Naquela noite, fosse pela luta do queijejo *Chelsire* com o antiácido, ou simplesmente dos excessos à mesa no restaurante de Gordon Ramsay no Hotel Claridge's, tive um sonho ou, melhor dizendo, uma epifânia, e que o Brigadeiro Nero Moura aparecia sentado na poltrona "berger da sala em Copacabana e sacudindo o copo longo de *Glenmorangie on the rocks* me dizia: "*Guri, build and they will come up!*"

Ali começava minha saga na busca do Código Adelphi, uma curiosa sucessão de presságios e coincidências esotéricas, que aqui passo a descrever.

Munidos da primeira pista do porteiro do teatro Adelphi e determinados a elucidar o mistério, lá fomos eu e Nina (minha cara metade e já no papel de Watson) na manhã seguinte para o Palácio de Buckingham.



Inicialmente, arredio no portão do palácio, William, o primo do porteiro do teatro marcou encontro para conversarmos junto à estátua de Montgomery no White Hall e desse ponto enviou mensagem SMS para encontrá-lo em Old Bond Street, no banco de praça que homenageia Franklin Roosevelt e Winston Churchill, os gigantes da Segunda Grande Guerra.



William McCordle trabalha como mordomo no Palácio de Buckingham há mais de 50 anos, quando veio de Aberdeen. Contou-me, na verdade, tudo o que eu já sabia, no entanto, acrescentou que o nome Adelphi estava ligado aos pais do tal tenente aviador, que também eram da Escócia, lá para os lados de Edimburgh. Lembrou-se, ainda, de que outro primo, Francis McCordle, que ganhava a vida tocando gaita de fole na ponte de Westminster sabia o nome da família do tenente tombado em batalha aérea na França.

E, sem mais, deixou-nos com mais uma pista para seguir. E, assim, em meio ao *fog* londrino, zarpamos para a abadia, buscando encontrar o músico...



A primeira coisa que Francis McCordle me disse é que estava com muita sede, provavelmente, devido à excruciante tarefa de soprar os foles durante todo o dia ou apenas porque se acercava o fim da tarde, hora em que os ingleses de bem tomam chá e a baixa canalha lota os tradicionais pubs, como o Coach & Horses para onde fomos.



Após duas *pints* de Pale Ale, o calado Francis desandou a falar mais do que o

Silva Lobo em churrascaria. O homem parecia primo do Aluisio Silva, tamanha era sua cultura de almanaque!

Iniciou falando sobre futebol, declarou Shakespeare, entrou pelo terreno da ópera e ao final, quando citava Oscar Wilde, lembrou-se de que o nome da família do tenente escocês era coincidentemente, McGray, como no *Retrato de Dorian*.

A memória, segundo ele, estava fraca devido à enorme fome. E, desse modo, acabamos encarando um enorme prato de *Fish & Chips*, com mostarda inglesa e purê de ervilha, que estava sublime. Só então o músico lembrou que o tenente McGray estava enterrado num dos cemitérios ingleses de Pas de Calais. O problema é que existem oito cemitérios ingleses em Calais, cada um com milhares de moradores.

Já saíamos do *pub* decididos a esquecer o assunto, quando Francis lembrou-se de que seu primo Armand Duval, que trabalhava como garçom na França (na verdade, nunca chame um garçom de “garçom” na França!), num restaurante alsaciano no Champs Élysées, em Paris, tinha uma tia avó que havia namorado o tal tenente McGray em Calais.

E, assim, rumamos para o trem Eurostar. Afinal, como bem disse o governador do Rio (de lenço na cabeça!), a perspectiva do fim de semana no Ritz, em Paris: *n'est pas mal...*

A viagem foi tranquila e a passagem por baixo do Canal da Mancha não fez jus à expectativa, já que nos 20 minutos em que isso aconteceu eu dormia o sono dos justos, daqueles que determinados buscam a meta, o transe do Cavaleiro Parsifal!

Como disse De Gaulle ao retornar em triunfo: “quem sai de Londres já vê Paris com outros olhos!”.

O lixo das ruas, a descortesia dos “parisiennes” e os preços, que passaram de franco para euro na escala de um por um, desanimam um pouco o viajante. Mas, não a esse piloto de caça brasileiro (Josef Climber!), imbuído em desvendar o Código Adelphi!

O restaurante Maison D'Alsace, na

parte baixa da Champs Élysées, é especialista em gastronomia de Strasbourg, naquela região do mapa que até hoje não sabe se é francesa ou alemã, e que, portanto, tem o melhor dos dois países entre *pâtisseries*, *chucrutes*, *sauvignons* e *gewurztraminers*. E, desse modo, enquanto esperávamos a chegada do garçom Duval, fomos obrigados a cair matando nas entradas de *escargots* e *fine claires* da Normandia.

Armand Duval é uma figura típica de filme do Gene Kelly, daqueles que andam pela rua de camisa listrada, boné de *chauffeur*, cachorro Jack Russell na coleira e baguete debaixo do braço. Além de tudo, fumava um pestilento cigarro *Gauloise*, pior do que aqueles fumados pelos pilotos franceses na década de 1980 em Anápolis.

Foi logo maldizendo o primo, falando que não tinha tempo e, na verdade, só nos deu alguma atenção quando o dono do estabelecimento, um francês meio alemão, assim exigiu.

Foi, no entanto, curto e grosso. Ao ser indagado, informou que a família do tenente escocês se chamava McGray e indicou no mapa o local do cemitério, que, posteriormente, identificamos como o Aire Communal Cemetery, em Pas de Calais.

Disse-nos que embora não soubesse do que se tratava, a palavra *Adelphi* estava realmente escrita na lápide do aviador, que morrera em combate aéreo no final da primeira guerra. Contou-nos ainda que, de acordo com sua tia avó já falecida e ex-dançarina de can-can, a família do tenente McGray era famosa em Edimburgh como provadora de uísque, e uma das fundadoras da destilaria *Glenmorangie*.

Isso não só animou nossa pesquisa, mas também causou *frisson* (aliás, *frisson* é o que costumávamos responder quando perguntados, na rede de vôlei em Ipanema, sobre a sensação de ultrapassar a barreira do som)!

Afinal, parece que estávamos próximos a identificar o elo perdido entre o Grupo de Caça e o Código Adelphi, e

trazendo ainda a reboque um link com o mítico uísque preferido do Brigadeiro Nero. No cruzamento dessa cabala, certamente, estariam as respostas sobre a origem da Caça no Brasil!

E, assim, o mais rápido possível, mas não sem antes almoçar um pesado prato alsaciano de *Saucisse & Sawerkraut* e fazer o *footing* às margens do Sena, partimos de volta para a Gare Du Nord, onde tomamos o TGV (*train de grand vitesse*) para Calais.



Amanhecemos em Calais...

E, sem mais delongas, rumamos ao cemitério, onde um sonolento, mas simpático *gendarme* prontamente localizou a sepultura do Tenente John Alfred R. McGray, escocês, componente da RAF e falecido nada mais, nada menos, que em 22 de abril de 1918, aos 21 anos. Que tal a coincidência da data, com o Dia da Aviação de Caça no Brasil?



Confirmada a existência da inscrição na lápide, não havia nada mais a fazer em Calais. Só nos restava rumar a Edimburgh e buscar informações sobre a família McGray na Destilaria Glenmorangie.

E, mais uma vez, lá fomos nós via Eurostar até Londres e a partir daí de trem comum durante oito horas até Edimburgh e por último num furgão taxi até a hospedagem da destilaria próximo à cidade de Tain, nas *Highlands*, de frente para as falésias de Dornoch Firth.

O conforto do hotel de cinco estrelas e a paisagem das terras altas escocesas já prenunciavam uma boa noite de descanso. Sobretudo, depois de um excelente jantar em que rebarbamos o tradicional *haggis* feito de coração e músculos de ovelha e embarcamos num suave salmão dos *loch*.

A pesquisa na destilaria foi incrivelmente rápida.

O senhor Alburn McMillan, relações públicas da casa, levou-nos aos livros e identificou Phillip McGray como um dos famosos *Sixteen of Tain*, um grupo de homens da cidade a quem durante as antigas guerras eram confiadas a fórmula original do uísque Glenmorangie, para que, em caso de destruição da destilaria, a preciosa *acqua vitae* dos romanos, que originou o termo *uisge beata* dos gaélicos, não desaparecesse por completo.

Alburn confessou que era fã do Pelé, que o vira jogando contra Bob Moore na Copa de 1970, e comentou que antes de nós apenas dois brasileiros haviam assinado o livro de visitantes da destilaria. E nos levou para ver as duas assinaturas, do Brigadeiro Nero Moura e do Coronel

Lauro Ney Menezes, na década de 1970.

Deu-nos, ainda, uma aula de gaélico, informando que *Mac* em escocês quer dizer "filho de...", o que me fez vagamente lembrar de Zé de Sir Ney, e que Mc Gray era um nome de origem irlandesa que significava "filho da graça". Disse ainda que, de acordo com os registros da destilaria, o tal Philip McGray havia se desentendido, em 1826, com a direção da destilaria e que havia mudado para Glenborrosdale com sua jovem esposa Adele McIntire, onde havia criado sua própria destilaria, cujo nome era apenas a junção dos dois primeiros nomes do casal: Adel-Phi!

Bem, a partir desse ponto, não havia mais nada a fazer, a não ser rumar a região de Gobals, no norte da Escócia, o que nos custou mais quatro horas de viagem num Black Taxi.

Ao chegar, deixamos nossas coisas no lindo Castelo Glenborrosdale, e partimos céleres para a destilaria Adelphi, onde, devido ao aviso antecipado de Alburn McMillan, já éramos esperados pelo *chairman* Mr. Charles McLean, um grande conhecedor de uísque.



Charles explicou que a destilaria existia desde 1826, fundada pelo casal McGray e administrada por seus filhos Charles e David até 1880, quando foi vendida para Messrs Walker, que já possuía duas outras grandes destilarias em Liverpool e Limerick.

O filho mais novo do casal, o tenente John Alfred Andrews Raymond McGray, foi criado nas charnecas da destilaria e aderiu ao *Royal Flying Corps* (RFC) logo após a sua criação e lá permaneceu voando aeronaves de caça até a criação em 1º de abril de 1918 da RAF.

Em julho de 1916 foi movimentado para o 24º Esquadrão de Caça em Bertangles, passando a voar como ala do Major Lanoe Hawkers, ás de guerra e comandante do esquadrão com sete vitórias aéreas.



Em 23 de novembro de 1916, voando na ala, Andrews McGray testemunhou a derubada de seu líder por Manfred Richtoffen, o Barão Vermelho.

E, finalmente, em 22 de abril de 1918 o próprio McGray se acidentou no pouso, após uma movimentada batalha aérea em Achiet, onde logrou obter sua primeira vitória aérea, vindo a falecer devido aos ferimentos.

Por seu amor à destilaria, Adele pediu ao governo francês que fosse aposta à lápido do Tenente McGray o nome Adelphi.

Quando eu contei a história da caça brasileira e da saudação Adelphi ao enorme staff da destilaria que se acercou procurando conhecer a razão da visita de um brasileiro, e disse que a história da destilaria era muito bonita e até tinha mais a ver com aviação do



que o cigarro mata-rato americano, Charles começou a rir e me mostrou um quadro com a foto de David McGray, que emigrou para os Estados Unidos em 1923 e, na falta de boa água e cevada confiável para uísque, resolveu diversificar os negócios da família, criando a *Adelphi & Sons Cigar Cigarette and Tobacco Dealers*, em Nova Iorque, que, posteriormente, exportou sua marca para a empresa Castelões do Brasil.

Bem, nesse ponto só nos restou abrir um *Adelphi Reserve*, uísque feito de apenas um barril a cada fornada e ainda vendido nas boas lojas do ramo, na Corte de Saint James, "off course".

Em menos de uma hora, como numa chimboça no Grupo, todos já cantávamos o afinal, na versão original inglesa: "Bless them All".

Bem, minha pesquisa, com todas as coincidências entre os 16 de Tain e o 16 de Santa Cruz e muito embora com um surpreendente resultado sobre as origens da saudação *Adelphi*, não trouxe lá muita coisa, em termos de iluminação pessoal.

Mas, pelo menos, restou a descoberta de um uísque razoável, com origem no Glenmorangie, que bem poderia ser adotado pelo 1º/16º GAv como bebida oficial do esquadrão. E caso queiram, ofereço-me para presentear a primeira garrafa para a próxima chimboça (lá tem chimboça, bródio, micareta?). Ou talvez possam pedir uma caixa com o rótulo especial para a unidade (*bespoke label*) ao adido, caso seja Piloto de Caça...

Além da sensação de dever cumprido, a busca do Santo Graal e do Bóson de Higgs da Caça rendeu-me boas libras a menos e muitas horas esperando na esquina. Mas, convenhamos, esperar na esquina de "Walk com Don't Walk" ainda é melhor do que na melhor avenida de Madureira! ■



Maj Brig Ar Antonio Luiz Rodrigues Dias
antonioluiz.dias@gmail.com

HISTÓRIAS DE FAMÍLIA: O Mundo sob Novo Enfoque

**“Pedras no caminho?
Guardo Tudo.
Um dia vou fazer um castelo...”**
Fernando Pessoa



Quase todas as famílias têm algum membro que se dedica à pesquisa genealógica.

O motivo básico que leva o curioso a envolver-se com esse tipo de investigação é o desejo de conhecer as suas origens. Partindo de uma pergunta simples – “Por que os sobrenomes de meus familiares são esses?” - a jornada começa, sem que se saiba onde e como terminará. Mas, há outras razões para que a tarefa deslanche, como a descoberta ocasional de laços de parentesco com pessoas de sobrenomes diferentes, a determinação de paternidades, ou o acerto de demandas relativas ao Direito de Sucessão.

Confesso que a minha curiosidade nunca foi suficiente para revolver o passado de minha família, embora tenha sido tentado a fazê-lo quando descobri que um subordinado era primo distante, por causa do nome da localidade em que ele gozara as suas férias: Santa Rita do Sapucaí, no Sul de Minas Gerais, terra do Presidente Delfim Moreira, ascendente do Maj Brig Hermes Moreira, e base da minha ascendência materna. Uma conversa rápida e contatos telefônicos breves bastaram para confirmar que os Dias e os Maciel - Quem diria, nomes totalmente diferentes! - compartilhavam, de sangue, alguns elementos comuns.

Outros parentes, contudo, instigados

por uma possível ascendência portuguesa, do lado da minha avó paterna, os quais acreditavam vantajosa em termos pecuniários, levantaram âncoras e lançaram-se à conquista do tenebroso mar das memórias desconhecidas. Partiam da premissa de que, confirmado o parentesco, os problemas financeiros da família estariam resolvidos. Acabaram dando com os burros n'água, mas deixaram, como legado, interessantes histórias e um esboço esclarecedor sobre o passado familiar.

Em primeiro lugar, constataram que a minha tataravó por parte de pai era baiana, negra, e casara-se com um mascate francês, que a conheceu durante uma das suas viagens de negócios ao Brasil. Essa ligação – abrindo aqui um parêntese – converteu-se em trunfo nos dias de hoje: quem sabe meus descendentes possam usufruir das cotas raciais, hoje definidas em lei, caso não consigam sucesso nos exames de seleção para as universidades brasileiras, ou requisitar alguns alqueires de terra de algum quilombo desconhecido nas terras soteropolitanas?

Do casamento anterior, nasceram diversos filhos, entre os quais a minha bisavó, que se casou com um português, de abastada família do ramo vinícola. O meu bisavô desentendera-se severamente com os seus parentes em Portugal,

emigrara para o Brasil, sendo deserddado pelo pai, e invertera a ordem dos seus dois sobrenomes por aquele motivo. Na Bahia, uniu-se em matrimônio àquela mulata de fibra, gerando a sua prole, na qual se incluía a minha avó paterna. A família vivia com dificuldades, o chefe acabou adoecendo, vindo a falecer com os filhos ainda pequenos. A notícia da morte do patriarca chegou ao conhecimento dos parentes portugueses que, talvez num gesto de arrependimento, propuseram ajuda à viúva. A minha bisavó, inconformada com o tratamento anterior de total desprezo, recusou a oferta: “... se eles não nos procuraram anteriormente, agora que o meu marido está morto não interessa mais. Eu não quero nada da família dele”. Sozinha, naqueles anos difíceis, passou a conduzir a sua família com os recursos que conseguia auferir com o seu trabalho, muitas vezes passando necessidades. Apesar das adversidades, sobreviveram todos e a descendência seguiu a ordem natural até os dias de hoje.

Os pesquisadores da família criticavam a atitude da minha bisavó, alegando que, se ela tivesse concordado com a ajuda, os filhos não teriam sofrido as dificuldades e teriam ficado ricos, assim como os descendentes imediatos, tal a opulência dos ascendentes lusitanos. Sempre discordei



dessa posição, pois se o apoio acontecesse, provavelmente, a bisavó baiana e seus filhos teriam sido levados para perto dos parentes em Portugal e o ramo familiar brasileiro terminaria com aquela decisão. Isto é, os postulantes à herança poderiam não ter nascido e estas ideias não estariam sendo escritas agora. Esqueceram-se de considerar o imponderável.

A aventura não chegou ao fim almejado por razões legais: não houve o acesso à herança portuguesa. A única riqueza obtida foram os conhecimentos levantados ao longo da pesquisa, neles incluída parte da árvore genealógica e a prenda maior: a lição de vida da minha avó, doçura de pessoa, extremamente carinhosa, que viveu até os cem anos, sempre abençoando a todos os netos.

Pensar sobre esta dádiva fez-me recordar ser costume, naqueles tempos em que a influência religiosa marcava profundamente a sociedade brasileira, filhos e netos pedirem a benção de pais e avós, tios e padrinhos sempre que se encontravam.

“– Benção, Pai! Benção, Mãe! Benção, Vô! Benção Vô!”: pediam os pimpolhos.

“– Deus te abençoe!”: respondiam.

Não busquei as origens daquele hábito, daí ter-lhe concebido uma explicação, aparentemente lógica (se tentasse alcançá-la

pelos caminhos genealógicos, talvez chegasse a uma definição científica). Os pais nascem dos avós e são os responsáveis pelo nascimento dos filhos. Sendo Deus o responsável pela vida, é razoável imaginar que avós e pais são os intermediários, os executores da vontade divina, tendo, por este motivo a competência para interceder diretamente junto Àquele pelo bem-estar dos seus dependentes. Os tios, pessoas do mesmo sangue, e também os padrinhos, por corresponsabilidade voluntária, gozariam do mesmo privilégio, já que substituem os pais em caso de ausência.

Com as mudanças atuais e o culto à individualidade, parece que a tradição perdeu-se e o tratamento entre pais, avós, tios, padrinhos, filhos, netos, sobrinhos e afilhados é completamente diverso, como se Deus houvesse retirado aos mais velhos o dever e o direito de pedir-Lhe pela integridade daqueles a quem, por Sua delegação, conceberam a vida.

Como os nossos herdeiros interpretarão, no futuro, esse progressismo desenfreado, capaz de abolir comportamentos que ajudavam, sem quaisquer efeitos colaterais danosos, a manter a ordem familiar e social no tempo em que eram respeitados?

Assuntos de família – não há quem questione – são complexos: envolvem pes-

soas, sentimentos, sonhos e frustrações, além dos usos que caracterizam as etapas da vida de uma nação.

A Genealogia, que tem por objeto a pesquisa da origem e da filiação das famílias, pode parecer ao desavisado essencialmente burocrática, com campo de atuação restrito à coleta de nomes de antepassados, posteriormente ordenados em sequência cronológica. Tal visão está longe do que acontece na prática, pois a exploração dos seus caminhos, muitas vezes longos, tortuosos, pode trazer ao interessado a recompensa de descobertas e aventuras interessantes. Ao dissecar as ascendências, associada a outras disciplinas, propicia respostas, muitas vezes inimagináveis, às dúvidas e inquietudes dos grupos familiares.

A vivência genealógica, concluindo, além de abrir a possibilidade de levantar dados sobre o espraiamento demográfico familiar, os costumes de diversas gerações e o ambiente em que viveram, certamente transforma o pesquisador em aficionado pela matéria e lhe descortina nova forma de enxergar o mundo.

Quem se habilita, pois, a enfrentar o desafio, a coletar as pedras do passado e a construir um fascinante castelo de reminiscências, patrimônio de valor incomensurável, a transmitir a seus descendentes? ■



THOMAS SCHÜTTE
The Strangers
1992

Ten Brig Ar
Mauro José Miranda Gandra
Ex-Ministro da Aeronáutica
maurogandra@ancab.com.br

De Nossa Senhora

“Loreto é um santuário, na Itália, que guarda a casa em que Jesus, José e Maria teriam vivido em Nazaré. Reza a Lenda que, para poupar a casa de ameaças, violações e destruições, em 1291, Deus ordenara aos anjos que a transportassem pelos ares para Tersatz, na Dalmácia, costa leste do Mar Adriático, num trecho da atual Croácia. No dia 10 de dezembro de 1294, a casa teria sido novamente transportada para um bosque de loureiros, em Loreto, onde permanece protegida por uma basílica ao seu redor.

Uma pesquisa revelou que a casa foi transportada para a Itália pelos cruzados, sob o comando do combatente De Angelis. Daí a crença de que teria sido levada pelos anjos. Seja como for, o fenômeno da “Casa Voadora” tocou os aviadores identificados com a missão dos anjos de transportar pelos ares a preciosa carga. Nossa Senhora de Loreto foi consagrada a Santa dos Aviadores”.



do Loreto a Santo Elias

Talvez inspirado pela lenda da “Casa Voadora”, pouco antes do término de sua gestão no Ministério da Aeronáutica (1965-1967) o Brigadeiro Eduardo Gomes comentou com o então Tenente-Coronel Newton Thomé da Silva, que fazia parte do seu gabinete, sobre outra lenda, a lenda do Profeta Elias 2, mais tarde Santo Elias.



Registrava “O Brigadeiro”, a relação havida entre a Aviação e a figura do Profeta Elias, o qual fora arrebatado aos céus por um carro de fogo, puxado também por cavalos de fogo e que deverá voltar no Fim do Mundo para enfrentar o anticristo. Eis que era este o plano de Deus para o Profeta das grandes exceções: abandonar a Terra desta forma, o que para o comum dos homens significaria pura e simplesmente morrer.

Assim, pensava “O Brigadeiro” que tal fulguroso destino, em sua morte, qualificaria Santo Elias para padroeiro de alguma nobre organização da Aeronáutica Militar Brasileira.

Convém lembrar a grande religiosidade do Brigadeiro Eduardo Gomes, premiada em visita feita ao Papa, dois meses depois de haver deixado o cargo de ministro, na qual solicitou ao pontífice que compusesse uma prece para os aviadores, pedido que foi prontamente atendido, com a proclamação pela Santa Sé, da Oração aos Aviadores, invocando a Santa Padroeira.

Aquela vontade, declarada ao Tenente-Coronel Thomé, para quem aquela vontade do Grande Chefe, nada mais era do que uma parábola como as de Jesus, nas Santas Escrituras, ficou adormecida por muitos anos. O Coronel Thomé, tentou, por algumas vezes, gestões junto aos escalões competentes da Aeronáutica, sensibilizá-los para levar avante a vontade do nosso Patrono da FAB.

Recentemente, a persistência do Coronel Thomé, como na Mensagem a Garcia, desencadeou um processo que começou em carta a Dom Eugênio Salles, que gentilmente orientou-nos

a procurar o Ordinariato Militar, na pessoa de Don Osvino José Both, o qual, gentilmente, prontificou-se a expedir o Decreto de Padroeiro.

Permaneceriam algumas questões a solucionar.

Padroeiro de qual nobre organização? Qual mais nobre organização senão o Campo dos Afonsos, berço da aviação militar brasileira, que também, como na lenda da “Casa Voadora”, transferiu-se para o Campo Marechal Fontenelle, em Pirassununga.

Assim, imaginou-se estar resolvida a primeira questão.

Faltava a aquiescência das duas guarnições, Afonsos e Pirassununga.

Seguindo a cadeia de comando, o assunto encontra-se, no momento, em estudo.

Pergunta-se: poderá a vontade do Brigadeiro concretizar-se, consagrando Santo Elias como Padroeiro do Campo dos Afonsos e do Campo Pirassununga?

Considerando a grande religiosidade do povo brasileiro, acreditamos que a FAB, ouvidas as Guarnições dos Afonsos e de Pirassununga, saberá responder a questão ■

1 – Excerto do livro: Eduardo Gomes, trajetória de um herói./Cosme Degenar Drumond – São Paulo: Editora de Cultura, 2011.

2 - No cristianismo, o Novo Testamento descreve como Jesus e João Batista são comparados a Elias (em algumas ocasiões, considerados por alguns como manifestações de Elias) e como se deu a transfiguração de Jesus, onde Elias aparece ao lado de Moisés.

Esquadrão PHOENIX.

Ten Brig Ar Sergio Pedro Bambini
sergio.p.bambini@gmail.com

Os fatos históricos, quando não registrados, correm o risco de serem esquecidos ou, mesmo, mudados.

No dia 15 de fevereiro de 2012, o 2º/7º Grupo de Aviação – Esquadrão Phoenix – completou, em festa, 30 anos.

A maioria dos integrantes, atuais, da Unidade Aérea, seguindo crenças geradas em Ordens-do-Dia, ufanistas e vibradoras, atribui o nome do Esquadrão a uma inspiração gerada pela lendária ave da mitologia grega, que, ao envelhecer, imola-se em uma fogueira sagrada e renasce de suas próprias cinzas.

É verdade! Até certo ponto!

A realidade reflete a saga de toda uma Organização Militar.

No final do ano de 1980, quando concluí o Curso de Estado-Maior, fui convidado pelo Cel Av Mário Lott Guimarães para ser o Comandante do Grupo de Serviços de Base – GSB – da Base Aérea de Florianópolis – BAFL. Aceitei e no dia 22 de dezembro já estava lá aguardando meu carro e minha mudança, que estavam em lugar incerto e desconhecido pela empresa transportadora, a Fink. Passamos o Natal no Hotel de Trânsito. O carro chegou e viajamos para Espumoso, porém, nos primeiros dias de janeiro, o Ten Cel Glaser, então comandando a Base, pediu-me para assumir, logo, minha nova função. Fui imediatamente a Florianópolis.

Ao assumir o comando do GSB, constatei, com surpresa, vendo a TDP para 1981, que o Cel Lott e eu, além de vários Oficiais que lá serviam, éramos excedentes. Para guardar a Base, estava previsto incorporar 16 recrutas.

Estávamos lá para fechar a OM.

Após a Passagem de Comando, o Cel Lott reuniu seus assessores diretos: Maj Av Joel, do Esquadrão de Comando; Maj Av Orti-ga do Esquadrão de Material; Maj Av Richter,

do Esquadrão de Pessoal; Cap Int Victor, do Esquadrão de Intendência; Cap Med Aluizio, do Esquadrão de Saúde; Cap Inf Flávio, da Companhia de Infantaria; Cap Arm Nazareno, do Esquadrão de Material Bélico e Assuntos Especiais; o Ten Inf Batista, da Seção de Inteligência; e eu. Também estava presente o Cap Av Goltz, responsável pelo escalão recuado do 2º/10º GAv, Unidade Aérea transferida para a Base Aérea de Campo Grande.

Nessa reunião, o Cel Lott nos falou que estivera em Brasília e fora recebido pelo Exmo. Sr. Ministro da Aeronáutica, Ten Brig Ar Délio Jardim de Mattos a quem perguntara quais eram suas orientações, uma vez que o estava colocando no comando de uma Base Aérea em processo de desativação. O Brig Délio, então, lhe disse: “Lott, use sua criatividade para não fechar a Base”.

Uma missão bem específica e clara.

A reunião, então, foi para traçarmos um plano visando a manter a BAFL aberta. E, dessa forma, nossa estratégia foi a de despertar a atenção da Força Aérea para a BAFL, uma Base Aérea sem Unidade Aérea sediada. Para tanto, a Base deveria apresentar-se de maneira que surpreendesse seus visitantes. Qualquer aeronave em trânsito deveria ser muito bem recebida, a apresentação pessoal dos integrantes da OM deveria ser impecável e, principalmente, deveríamos convidar Unidades Aéreas para se deslocarem para Florianópolis e realizar treinamentos específicos, aproveitando a disponibilidade das instalações, do pátio de aeronaves e a baixa intensidade do tráfego de aeronaves civis, especialmente, à noite.

E assim foi feito.

Diariamente, a Base vestia-se para festa. Limpa e apresentável.

O rancho fornecia refeições caprichadas e lanches maravilhosos, com certeza, na época, os melhores da FAB.

A grama estava sempre cortada. Para isso, conseguimos um convênio com a Penitenciária Estadual para fornecimento

de presos de boa conduta para auxiliar-nos na limpeza.

Tudo que era possível ser feito, com os minguados recursos do Plano de Ação, foi feito.

Os Hotéis de Trânsito se prepararam para receber as Unidades Aéreas.

Todo o efetivo começou a vibrar e a visualizar a possibilidade de a Base não fechar.

Diariamente, o hasteamento da bandeira e a parada eram realizados com a presença de todo o efetivo. Educação Física, esportes, solenidades, tudo feito com muito capricho e com excelente apresentação.

E as pequenas obras surgiam. As ruas, calçadas somente no centro do leito, foram alargadas; as valas, há muito obstruídas, foram limpas; casas foram recuperadas e garagens foram construídas. As atividades sociais foram incentivadas.

Tudo realizado com a colaboração de todos e sob a batuta e o incentivo do Cel Lott, a tudo fiscalizando a bordo de seu jipe, fumando seu inseparável cachimbo.

O efetivo passou a fazer marchas a pé, às quais denominávamos “passeios ecológicos”.



Por quê?

No final do mês de maio, recebemos a primeira Unidade Aérea, o 5º/8º GAv – Esquadrão Pantera – para treinamento de resgate no mar, busca de contorno, voo por instrumentos, navegação a baixa altura e voo noturno. A operação foi um sucesso. O apoio foi total.

Depois vieram o 1º Gp Av Emb, o 1º/1º GT, o 2º/1º GT e a 2ª ELO.

Parecia estarmos ganhando a guerra.

Pouco depois da metade do ano, aeronaves do 1º/7º GAv passaram a operar, permanentemente, na BAFL dentro da Operação das 200 Milhas.

Ninguém mais falava em fechar a Base.

Recebemos frequentes visitas do Ten Brig Becker, Comandante do Comando-Geral do Ar, e do Brig Drummond, Comandante da 2ª Força Aérea, ou do órgão que a antecedeu, ambos lendários patrulheiros.

No entorno de setembro, foi decidido que a Base Aérea de Florianópolis não mais seria fechada e que nela seria ativado o 2º/7º GAv.

Vitória!

A partir de então, o objetivo da BAFL foi preparar-se para receber o Esquadrão.



A vibração foi total e geral.

Confesso ter-me emocionado profundamente, pois não há, creio firmemente, nada mais triste na Aeronáutica que uma Base Aérea sem uma Unidade Aérea para apoiar. É doloroso ver, vazios, um hangar e um pátio de aeronaves.

Os aviadores fizeram o curso de Patrulha nas aeronaves do 1º/7º GAv.

Chegou o Oficial de Operações designado, Maj Av Cezar Costa e, posteriormente, o Comandante, Ten Cel Av Sílvio Brasil Gadelha.

Enquanto as instalações eram preparadas e os manuais adaptados, o Cel Lott, pessoalmente, preparava o emblema do esquadrão.

Propôs, e foi aceito, chamar a nova Unidade de Esquadrão Phoenix para perenizar a manutenção da Base Aérea de Florianópolis nesse "status", a verdadeira fênix renascida de suas próprias cinzas, graças à tenaci-

dade, à raça, à vontade, à decisão de um Comandante e de seus comandados.

No dia 15 de fevereiro de 1982, ao ser ativado, o 2º/7º GAv – Esquadrão Phoenix – os seus integrantes desfilaram com o estandarte do Esquadrão, as aeronaves orgânicas ostentavam no nariz o símbolo da Unidade, o hangar estava pronto e com as salas operacionais. A "bolacha" do Esquadrão luzia no peito dos aeronavegantes. Os alojamentos, também, estavam reformados, assim como as salas de estar. O hangar recebeu as aeronaves com todas as seções de manutenção funcionando.

No dia 9 de março de 1982, tive a honra de comandar a primeira missão operacional do Esquadrão Phoenix, tendo como companheiros de jornada o 1º Ten Av Jacemir, o "Guerreiro", e mais três orgulhosos tripulantes: 2º Sargento Aliche, 2º Sargento Gessner e o 3º Sargento Jorge Luís. Presente, ainda um representante da Marinha do Brasil, o Cap Ten Laus.

Estava instalado o Esquadrão Phoenix. Uma vitória da persistência e da vontade.

Assim, a verdadeira "Phoenix" é a Base Aérea de Florianópolis ■



AS CONSEQUÊNCIAS

Esta aconteceu em Anápolis, lá pelos idos de 1975.

Naquela época, não sei por que razão, o médico do Esquadrão na 1a ALADA (Ala de Defesa Aérea, hoje Base Aérea de Anápolis) era um psiquiatra que, diga-se de passagem, era um tipo meio estranho.

Acho que ele já chegou a Anápolis pensando que os Pilotos de Mirage deviam ser um pouco loucos, pois voar supersônico naqueles tempos, ainda era considerado coisa de extraterrestre...

Bem, vamos aos fatos. Um mês após sua chegada, o médico (vamos chamá-lo de Dr. Pedro) iniciou suas atividades profissionais na 1a ALADA solicitando ao Ten Cel Frota, então Comandante do GDA (Grupo de Defesa Aérea), a permissão para fazer uma palestra somente para os pilotos do Grupo.

O Dr. Pedro preparou seus murais, e, na data marcada, arrumou o auditório do GDA para realizar a palestra, tudo dentro do maior mistério. Após a saída dos não-aviadores da sala, o Pedro iniciou sua apresentação. Para nosso espanto, o tema era mais ou menos o seguinte: O avião de caça: um símbolo fálico para os pilotos...

Depois de dissertar sobre o assunto por quase uma hora, e abrindo os murais para cada novo argumento, o Dr. Pedro, em um final apoteótico, apresentou, com um gesto teatral, seu último mural: um gigantesco pênis alado!

Pode-se imaginar o que se seguiu depois: fomos saindo da sala, cada um olhando para a cara do outro, sem ninguém entender nada, o Frota e o Starling confabulando, o Binsinho e o Peixotão incrédulos, e os tenentes e capitães com a certeza de que o maluco era o médico.

Depois deste evento, passei a olhar o Dr.

Pedro com certa desconfiança, esperando ele “surtar” a qualquer momento.

Esta introdução serve para situar o leitor no contexto dos fatos que se seguiram.

Como nunca perdi uma boa chance, e o médico da ALADA acabava de entrar para a minha lista, foi só uma questão de aguardar a oportunidade para checá-lo emocionalmente...

Não demorou muito: naquela época tínhamos que fazer uma parte do exame médico semestral no Hospital da Base Aérea de Brasília, e o meio de transporte utilizado

para o deslocamento Anápolis/Brasília era o bom e tranquilo C-42 Regente.

Deviam ser umas 8h da manhã de uma segunda-feira, e eu estava para dar partida na aeronave com destino à Brasília, quando chega o Dr. Pedro, correndo e bastante nervoso, com o 5ºA meio amarfanhado e suando muito. Bateu com a mão na janela do avião e disse:

– Estou autorizado pelo Comandante da ALA para ir com você à Brasília, pois tenho que comparecer a uma solenidade muito importante...

Imediatamente vislumbrei a chance que eu estava esperando, e pensei comigo mesmo:

– É hoje... Procurando manter isenção total de qualquer emoção, informei bastante sério ao Pedro:

– Cara, acho que não é uma boa você ir à Brasília comigo hoje não.

O pobre Dr. Pedro, sem saber o que o aguardava, encheu-se de razão:

– Você não pode se negar a me levar. Se isto acontecer, vou informar ao Comandante!

Respondi:

– OK. Você é quem sabe. Entra aí...

O Pedro entrou, dei partida, taxiei o Re-

gente, decolei, e peguei o rumo de Brasília. Não troquei mais nenhuma palavra com meu passageiro (que estava visivelmente tenso e continuava suando muito) até nivelarmos a uns 1.000 pés sobre o terreno, sendo que durante a subida fui bolando o plano para tumultuar a vida do nosso pobre psiquiatra.

Com o avião compensado, e voando tranquilamente no ar parado da manhã, larguei de repente o manche do Regente e informei ao Pedro:

– Você pegou o voo errado, meu chapa, pois este é meu último voo!

Pilotando o Regente com os pedais e com o compensador de profundidade – que fica



DE UMA PALESTRA

entre os dois bancos – voltei a informar:

– Eu te avisei que não era uma boa, mas você insistiu, e agora vai junto comigo para o inferno!

Nunca vou esquecer o olhar apavorado que o Dr. Pedro me dirigiu, ao perceber que o avião estava entregue a si próprio e aos ventos do Planalto Central.

Devo ter sido muito convincente, pois o Pedro acreditou que algo terrível podia estar acontecendo comigo. Imediatamente ele percebeu que um dos pilotos de Mirage, teoricamente sob sua responsabilidade e

Com um pouco de sadismo, respondi:

– Você nunca me perguntou nada, você nunca se interessou pelo que se passava comigo ou com os outros pilotos. Fica comparando avião de Caça com cacete, e botando ideia maluca na nossa cabeça. Você não faz ideia do que é um voo de Mirage, das tensões emocionais a que estamos submetidos todos os dias.

Você tinha mais é que conversar e conhecer os pilotos da ALADA. Se você quiser saber, tem mais uns dois ou três que estão completamente alucinados, e seguindo

competência para descobrir o que se passava em Anápolis depois de tanto tempo, não vai ser agora, que estamos próximos do fim, que eu vou te contar.

A cada minuto que passava, aumentava o pavor do Dr. Pedro, que me olhava sem saber o que fazer, procurando mentalmente nos livros de Psiquiatria uma saída para o problema.

A cada nova tentativa de puxar papo, eu cortava com agressividade:

– Cala a boca e não me enche o saco!

Eu já estava com pena do Dr. Pedro

e me segurando para não cair na gargalhada, quando já próximo de Brasília, tive que entrar em contato com o Controle.

Peguei o microfone, (sempre observado pelo assustado médico, que a essas alturas do jogo estava arrasado) e chamei:

– Brasília, FAB... procedente de Anápolis, 5 minutos fora, possibilidade de aproximação direta para a pista 10, câmbio.

Foi como se a vida começasse de novo. O Dr. Pedro deu um suspiro de alívio, mas ficou na dele, não disse mais nada.

Após o pouso e táxi para o pátio militar, estacionei o Regente e, antes de sair do avião, perguntei ao Dr. Pedro, com a cara mais cínica do mundo, se ele ia retornar comigo para Anápolis.

Ainda com fortes dúvidas sobre o que tinha acabado de acontecer (e seguramente questionando a minha sanidade mental), o pobre Pedro respondeu:

– Com você eu não entro nunca mais num avião!

E foi-se embora para sua solenidade... ■

supervisão médica, estava prestes a cometer uma loucura com um avião da Força Aérea, e o que é pior, com ele dentro!

Sua primeira reação foi segurar os comandos do Regente, que estranhou a intervenção, e reclamou com uma “bangornada” de asa.

Sem segurar no manche (mas, corrigindo com os pedais e o compensador), falei:

– Assim você vai acelerar o processo...

Imediatamente o médico soltou os comandos, e visivelmente assustado, quase em pânico, perguntou em voz trêmula:

– O que aconteceu com você? Sempre foi tão calmo e tranquilo... Você está com algum problema?

sua teoria, vão fazer o mesmo ainda esta semana, só que de Mirage!

Com essa, o pobre Dr. Pedro entrou em parafuso mental. Completamente agoniado, ponderou:

– Como assim, seguindo a minha teoria?

Eu então falei:

– É, resolveram se f... junto com o avião, pô!

Ele ainda tentou dialogar, e me disse:

– Conta o que está se passando com você, o que está afligindo os nossos pilotos?

Respondi:

– Olha Pedro, nossos pilotos é o cacete! Agora não dá mais tempo. Se você não teve



A TROCA

o poder de



Raul Galbarro Vianna
Cel Av
raulgianna@gmail.com

No início de novembro de 1965, estávamos eu e o tenente Barbedo realizando na Base Aérea de Cumbica, em São Paulo, o curso operacional de ERA (Esquadrilha de Reconhecimento e Ataque), ministrado pelo pessoal da ERA-41 – unidade aérea dotada de alto grau de preparo – comandada pelo capitão Portugal Mota,

a qual poderíamos chamar de unidade “bem azeitada”.

Para um melhor entendimento do que pretendo narrar, vamos retornar um pouco no tempo – em torno de um mês, quando tudo começou.

Em princípios de outubro fora criada a ERA-42, em Campo Grande. Quase simultaneamente foi publicado em Boletim o ato que me designava comandante da mesma. Aí começa a correria.

Explica-se: no final de novembro haveria uma grande manobra aérea real, no

Nordeste, denominada “Operação Poti.” E chegara a ordem taxativa determinando a participação da recém-criada ERA-42, atropelando, assim, qualquer intenção de um planejamento metódico e racional na sua estruturação, pois teríamos que partir praticamente da estaca zero.

Tínhamos menos de dois meses para voltar às origens, ou seja, nos reconvertermos de missionários da paz em guerreiros de ofício.

Por ironia do destino, Campo Grande - que sempre fora farta em quantidade e

decisão de um capitão



variedade de equipamentos aéreos - ficara desfalcada de alguns T-6, que haviam sido recolhidos pela então Diretoria de Material da Aeronáutica. Permaneciam conosco somente três dessas aeronaves. Não tínhamos, portanto, o mínimo que se poderia esperar, isto é, quatro aviões para, pelo menos, participarmos com “dois elementos” e, com isso, permitir uma “formação diamante” (ainda assim, sem avião reserva).

A intensidade da atividade aérea normal de Campo Grande dificultava

muito o estabelecimento do efetivo da ERA-42, pois era preciso selecionar o pessoal sem prejuízos operacionais. A busca do equilíbrio era tarefa complicada. Todas as ERAs – à exceção da nossa - situavam-se em Bases Aéreas, cujas tabelas de lotação de pessoal permitiam racionalizar os efetivos. A nossa ERA-42 localizava-se em um Destacamento, cuja tabela de pessoal era bem reduzida.

Por outro lado, a exiguidade de tempo – pouco mais de um mês – martelava nossa cabeça com vários fatores de

estresse, que conseguimos com muito desgaste reduzir a três: a) o treinamento operacional das equipagens de combate; b) a pintura de camuflagem exigida nos aviões; c) a falta de um avião para completar nossa esquadrilha – este, o mais complicado por não oferecer solução em curto prazo.

O treinamento operacional dos pilotos ficara equacionado com a presença de dois membros no curso proporcionado pela ERA-41 – eu e o tenente Barbedo, que deveríamos repassar aos demais

pilotos os ensinamentos, através de um “intensivo” – o que, aliás, não foi possível, por razões óbvias de falta de tempo.

Embora sem matrizes nem tintas adequadas disponíveis, a pintura foi sendo resolvida “na marra,” graças ao empenho e à “raça” do mini efetivo. Dessa forma, já avançando no tempo, chegamos ao início de novembro. O curso se desenvolvia. Os dias (e as noites) iam passando e eu, intimamente frustrado, pensava: “Estrear uma ERA capenga, puxa vida, que droga!”. Contudo, procurava remoer comigo mesmo, sem desabafar ou comentar com o companheiro e amigo Barbedo, preocupado em não abalar sua vibração nem reduzir seu entusiasmo, pois se tratava de um oficial relativamente novo, com o “élan” à flor da pele. Talvez estivesse, inconscientemente, vivenciando uma mini experiência de “*la soledad del mando,*” em reduzidíssima escala, é evidente.

Sempre que havia oportunidade, eu “comentava” comigo: “O QG-4 (4ª Zona Aérea) tem um T-6 que ninguém voa; pôxa, ele resolveria o meu problema!”.

E o nosso curso seguia em frente. Tiro terrestre, lançamento de foguetes etc. etc.

E eu pensava: “É, não tem jeito! A manobra é no fim do mês. Vamos com três aviões mesmo”.

Chega a sexta-feira. Era de tarde. Estávamos no hangar, envolvidos na instrução.

Surge no local o capitão aviador do QG-4 Girceu Machado, que todos pensávamos ser o Ajudante de Ordens do Maj Brig Sampaio, Comandante da 4ª Zona Aérea. Vinha de uma peregrinação em outros “setores” aéreos.

Com ar preocupado, embora descontraído, inicia um papo informal. Em determinado momento pergunta à tenentada, à queima roupa: “Alguém de vocês é 1P de Beech?”. Faz-se silêncio. Eu, um pouco na retranca, quebro o

silêncio: “Eu sou”. O capitão Machado expõe, então, a situação: faleceu em Florianópolis o pai de um sargento que serve em Santos. Estou precisando de um piloto para levar o sargento e familiares de lá a Florianópolis e regressar amanhã de manhã. E me pergunta: “Você não quer encarar essa?”. Eu, um tanto ressabiado, respondo: “Não posso, capitão. E se houver algum imprevisto e não for possível regressar? Vou ficar muito mal aqui no curso”. Há uma pausa. E eu penso: “Sexta-feira... de tarde... Que ‘pepino’ pagaram para o capitão: conseguir um piloto ‘a toque de caixa!’”. Ele, dotado de invulgar sagacidade, interrompe a pausa e solta a bomba: “Você está precisando de um T-6 para completar ‘sua’ ERA, não é verdade?”. E, antes de responder, eu penso rápido: “Como é que ele sabe que eu ‘namoro’ o T-6 do QG-4?”. E ele completa: “Se você fizer essa missão para Florianópolis o T-6 é seu”. Aquilo bateu em mim com o impacto de um torpedo. Incrédulo, perguntei: “Capitão, ‘palavra de escoteiro?’”. Ele confirmou: “Palavra de escoteiro”. E eu, analisando rápido comigo mesmo: “É o que se pode chamar de um bom negócio. Ele resolve a ‘fria’ que lhe pagaram e eu completo a ERA-42”. E concluo: vale o risco. “OK, capitão, eu topo!”.

(Em verdade, desde o momento da sua pergunta sobre quem era 1P de Beech, passou a se desenvolver uma imperceptível “negociação subliminar” entre as duas partes, ambas se estudando mutuamente, escondendo o jogo e guardando cada uma seu trunfo para usá-lo no momento propício).

Ato contínuo, um T-6 me conduziu até a Base Aérea de Santos. Ali chegando encontro o capitão Peres.

Realizamos a missão, conduzindo o sargento e familiares para o funeral em Florianópolis.

No pernoite, eu a toda hora pensava: “Será que o capitão Machado estava falando sério? Será que ele – um capi-

tão – tem ‘poder’ para tamanha decisão? Caramba, ele deu sua palavra!”.

Regressamos.

Um tanto cético, aguardo com ansiedade os acontecimentos.

Agoniado, tomo coragem – sem querer cobrar – e entro em contato com o capitão, que se antecipa: “O avião é seu, pode providenciar o traslado. Pensei que você tinha desistido!”.

Exultante, agradei e, pouco depois, passei um radiograma para Campo Grande, sem muitos esclarecimentos, solicitando um piloto para trasladar a aeronave para sua nova sede. Como a mensagem fora sucinta e, por outro lado, seria necessária uma longa explicação dos fatos ocorridos, Campo Grande, mesmo sem entender direito, ainda assim atendeu ao pedido e mandou um piloto. Era uma desenfreada corrida contra o tempo, pois tínhamos que trasladá-lo, adequá-lo e pintá-lo nas cores de camuflagem

Terminado o curso, eu e Barbedo regressamos.

Graças a uma equipe dedicada e incansável, apesar das atribuições e transtornos, conseguimos estruturar razoavelmente a ERA-42, e o que é mais, podendo apresentar um “diamante”.

Com isso, pudemos participar da Operação Poti com dignidade.

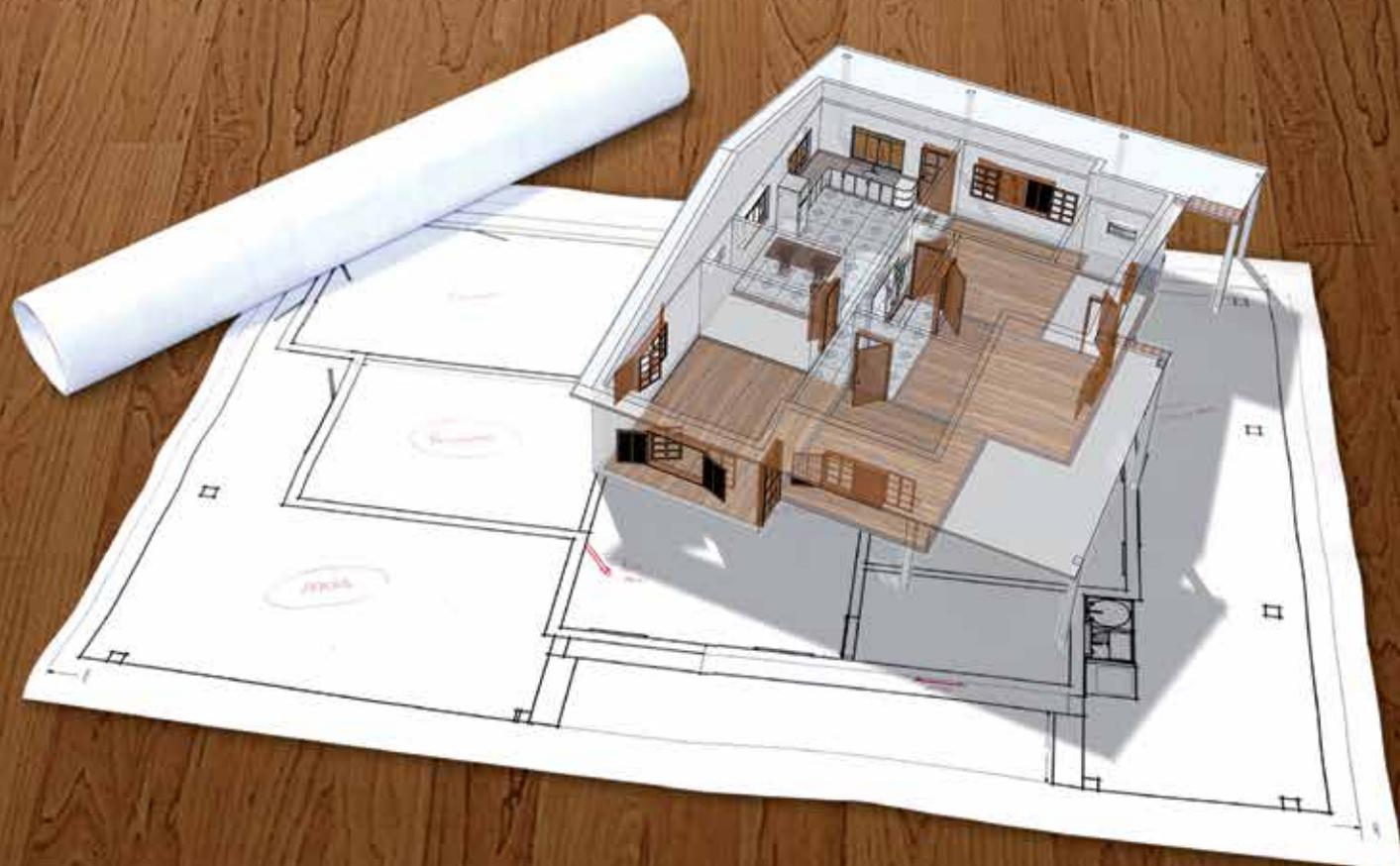
Mas, aí já é outra história.

O tempo foi passando e eu, sempre que lembrava, me perguntava: “De onde viria tanto poder de decisão nas mãos de um capitão?”. A verdade é que eu nunca havia visto - e continuei sem ver - até hoje, tamanha demonstração de poder em um capitão.

Recentemente, ambos reformados, encontrei o Machadinho no nosso Clube de Aeronáutica. Relembrando os fatos, ele me esclarece: “É que eu, além de chefe da Seção de Aviões, era também do A-3 da 4ª Zona Aérea”.

Apesar dos “esclarecimentos”, ainda assim, continuo achando que não muda nada. Era muita “bala na agulha” para um capitão ■

**Com a POUPEX é assim,
você decide adquirir a sua casa própria e,
quando menos espera, o sonho
sai do papel.**



**Aquisição de imóvel residencial ou comercial,
novo ou usado, construção de imóvel residencial
e para aquisição de terreno e de material de
construção com as melhores condições e
agilidade na liberação do crédito.**

Mais informações: 0800 61 3040

ESCRITÓRIO REGIONAL DA FHE NO RIO DE JANEIRO - ESCRJ

Palácio Duque de Caxias - Ala Cristiano Ottoni (PDC) - Centro - 20221-260
Rio de Janeiro-RJ - Fone (21) 2253.8395 - Fax (21) 2253.0860

www.casapropriapoupex.com.br

Financiamento Imobiliário

POUPEX



Para Amil,
não existe nada mais emocionante
do que **cuidar de você.**

Amil Resgate Saúde: completo sistema de transporte inter-hospitalar.*

UCP: modernos centros de prevenção e tratamento das patologias posturais.

Total Care: avançada estrutura para clientes que precisam de cuidados especiais.**



*Aditivo opcional. **Confira a cobertura do seu plano no orientador e verifique as especialidades disponíveis nas unidades da sua cidade.



ANS - nº 326305

amil.com.br

Amil